



**TESOURO NACIONAL**

**RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL  
DO PODER EXECUTIVO FEDERAL**

**3º QUADRIMESTRE DE 2020**

Brasília  
Dezembro de 2020

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

1. A Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, que estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal, exige, em seu art. 54, a emissão, ao final de cada quadrimestre, pelos titulares dos Poderes e órgãos referidos no art. 20, do Relatório de Gestão Fiscal assinado pelo respectivo Chefe e pelas autoridades responsáveis pela administração financeira e pelo controle interno, bem como por outras autoridades que vierem a ser definidas por ato próprio de cada Poder ou órgão.
2. O Relatório de Gestão Fiscal, consoante determina a supracitada lei, deve conter informações relativas à despesa total com pessoal, dívida consolidada, concessão de garantias e operações de crédito, devendo, no último quadrimestre de cada exercício, ser acrescido de demonstrativos referentes ao montante das disponibilidades de caixa em 31 de dezembro e às inscrições em restos a pagar. Cabe destacar que o § 1º do art. 65 da Lei Complementar nº 101/2000 estabelece que, na ocorrência de calamidade pública reconhecida pelo Congresso Nacional, como a ocorrida no ano de 2020, serão dispensados os limites, condições e demais restrições aplicáveis à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios, bem como sua verificação para contratação e aditamento de operações de crédito e concessão de garantias, dentre outros.
3. Os demonstrativos que compõem o mencionado documento são consolidados, no âmbito do Ministério da Economia, pela Secretaria do Tesouro Nacional e avaliados, quanto à consistência dos dados neles contidos, pela Secretaria Federal de Controle Interno, órgão integrante da Controladoria-Geral da União.
4. Determina a mesma Lei que o Relatório de que se trata deverá ser publicado e

disponibilizado ao acesso público até trinta dias após o encerramento do período a que corresponder, prazo esse que, para o terceiro quadrimestre de 2020, se encerra em 30 de janeiro do exercício corrente.

5. Assim, e com o objetivo de dar fiel cumprimento àquela determinação legal, cuja finalidade precípua consiste na preservação do princípio constitucional da publicidade, submetemos a Vossa Excelência o incluso Relatório de Gestão Fiscal do Poder Executivo Federal, referente ao período de janeiro a dezembro do exercício de 2020.

6. O referido Relatório deverá ser objeto de encaminhamento ao Congresso Nacional e ao Tribunal de Contas da União, em cumprimento ao disposto no art. 5º, inciso I, da Lei nº 10.028, de 19 de outubro de 2000.

Respeitosamente,

PAULO ROBERTO NUNES GUEDES  
Ministro da Economia

WAGNER DE CAMPOS ROSÁRIO  
Ministro da Controladoria-Geral da União

## SUMÁRIO

<b>Anexo 1</b> – Demonstrativo de Despesa com Pessoal	5
<b>Anexo 2</b> – Demonstrativo da Dívida Consolidada Líquida	9
<b>Anexo 3</b> – Demonstrativo das Garantias e Contragarantias de Valores	11
<b>Anexo 4</b> – Demonstrativo das Operações de Crédito	12
<b>Anexo 5</b> – Demonstrativo da Disponibilidade de Caixa e dos Restos a Pagar	13
<b>Anexo 6</b> – Demonstrativo Simplificado do Relatório de Gestão Fiscal	14
<b>Metodologia de Elaboração dos Demonstrativos</b>	15

UNIÃO - PODER EXECUTIVO  
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL  
**DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO/2020 A DEZEMBRO/2020

RGF - Anexo 1 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a")

R\$ milhares

DESPESA COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS (Últimos 12 Meses)													INSCRITAS EM RPNP (b)
	LIQUIDADAS													
	JAN/20	FEV/20	MAR/20	ABR/20	MAI/20	JUN/20	JUL/20	AGO/20	SET/20	OUT/20	NOV/20	DEZ/20	TOTAL (ÚLTIMOS 12 MESES) (a)	
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	20.316.495	20.106.070	20.621.798	20.646.248	20.529.883	31.092.703	20.750.112	20.959.655	20.911.141	21.044.137	31.392.647	23.204.611	271.575.500	937.653
Pessoal Ativo	10.767.750	10.468.470	10.742.484	10.829.480	10.852.947	15.141.723	10.753.283	11.038.000	11.007.085	11.178.914	16.815.515	13.257.212	142.852.863	738.657
Vencimentos, Vantagens e Outras Despesas Variáveis	9.529.189	9.101.017	9.170.583	9.126.069	9.263.972	13.515.305	9.213.644	9.411.219	9.388.647	9.585.728	13.847.942	11.477.163	122.630.479	609.984
Obrigações Patronais	1.238.562	1.367.452	1.571.901	1.703.411	1.588.974	1.626.419	1.539.639	1.626.781	1.618.437	1.593.186	2.967.572	1.780.049	20.222.384	128.673
Benefícios Previdenciários	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Pessoal Inativo e Pensionistas	9.534.195	9.616.271	9.840.364	9.776.116	9.656.166	15.909.597	9.931.077	9.886.408	9.862.610	9.830.075	14.556.735	9.884.027	128.283.641	91.832
Aposentadorias, Reserva e Reformas	6.145.298	6.227.278	6.443.858	6.352.168	6.235.931	10.450.681	6.449.406	6.409.533	6.378.213	6.367.021	9.380.040	6.388.700	83.228.128	64.520
Pensões	3.388.896	3.388.993	3.396.505	3.423.947	3.420.235	5.458.915	3.481.671	3.476.876	3.484.397	3.463.054	5.176.695	3.495.327	45.055.513	27.312
Outros Benefícios Previdenciários	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Outras despesas de pessoal decorrentes de contratos de terceirização (§ 1º do art. 18 da LRF)	14.550	21.329	38.950	40.652	20.771	41.383	65.752	35.246	41.447	35.147	20.397	63.372	438.996	107.164
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)	3.762.703	4.259.407	3.757.982	3.758.369	4.485.220	10.422.060	4.119.049	2.866.418	1.737.871	1.876.362	1.614.642	1.811.981	44.472.063	155.409
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	52.344	85.579	272.367	156.267	62.531	60.317	65.266	86.249	72.265	83.996	46.705	33.025	1.076.911	4.614
Decorrentes de Decisão Judicial	115.443	179.960	212.276	224.059	216.133	3.798.688	367.057	460.554	365.791	615.929	310.325	327.736	7.193.952	138.668
Despesas de Exercícios Anteriores	36.042	28.635	28.970	28.984	131.417	30.209	30.326	32.922	62.045	19.980	21.212	18.473	469.215	6.621
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	3.558.874	3.965.233	3.244.368	3.349.058	4.075.138	6.532.846	3.656.399	2.286.692	1.237.771	1.156.457	1.236.400	1.432.748	35.731.984	5.506
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)	16.553.793	15.846.663	16.863.816	16.887.879	16.044.664	20.670.643	16.631.063	18.093.237	19.173.270	19.167.775	29.778.005	21.392.630	227.103.438	782.244

APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL		VALOR	% SOBRE A RCL
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)		651.943.266	-
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (VII) = (III a + III b)		227.885.682	-
% da DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP sobre a RCL (VI) = (VII / VI) * 100			34,955%
LIMITE MÁXIMO (VIII) (incisos I, II e III do art. 20 da LRF) - 37,9% <sup>1</sup>		247.086.498	37,900%
LIMITE PRUDENCIAL (IX) = (0,95 x VIII) (parágrafo único do art. 22 da LRF) - 36,005%		234.732.173	36,005%
LIMITE DE ALERTA (X) = (0,90 x VIII) (inciso II do § 1º do art. 59 da LRF) - 34,11%		222.377.848	34,110%

FONTE: SIAFI - STN/CCONT/GEINF

<sup>1</sup> O limite máximo do Poder Executivo é de 40,9%, destacando-se 3% para as despesas com pessoal do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios, do Ministério Público do Distrito Federal e dos Territórios, do ex-Território de Roraima, do ex-Território do Amapá e do Distrito Federal. A repartição do limite destacado está prevista no Decreto nº 3.917/2001. O Demonstrativo da despesa com pessoal do Ministério Público e da Justiça do Distrito Federal e dos Territórios é divulgado pelos respectivos órgãos.

Notas:

- a) Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas.
- b) A partir de 2008 o elemento de despesa 94 - Indenizações Trabalhistas foi incluído na metodologia de cálculo de Pessoal Inativo e Pensionistas e de Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados.
- c) A partir do 2º Quadrimestre de 2008, a fonte de recursos 23 - "Contribuição para o Custeio de Pensões Militares" foi incluída na metodologia de cálculo de Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados, de modo que as despesas custeadas por essa fonte de recursos também passaram a ser excluídas do cálculo do limite das despesas de pessoal, conforme Nota Técnica nº 1611 GSCON/SPC/CGU/PR, de 29 de agosto de 2008.
- d) Os valores totais apresentados neste demonstrativo podem eventualmente divergir do somatório das partes em função de arredondamentos.
- e) Os valores apresentados incluem as despesas da Defensoria Pública da União, órgão autônomo para o qual não foi ainda estabelecido Limite de Despesa com Pessoal.

BRUNO FUNCHAL  
Secretário do Tesouro Nacional

ANTÔNIO CARLOS BEZERRA LEONEL  
Secretário Federal de Controle Interno

UNIÃO - PODER EXECUTIVO  
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL  
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL  
RECURSOS DA UNIÃO PARA AMAPÁ  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO/2020 A DEZEMBRO/2020

RGF - Anexo I (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a")

RS milhares

DESPESA COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS (Últimos 12 Meses)													INSCRITAS EM RPNP (b)
	LIQUIDADAS													
	JAN/20	FEV/20	MAR/20	ABR/20	MAI/20	JUN/20	JUL/20	AGO/20	SET/20	OUT/20	NOV/20	DEZ/20	TOTAL (ÚLTIMOS 12 MESES) (a)	
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	42.053	41.945	42.184	42.179	42.496	63.985	34.196	19.272	14.449	42.537	63.157	42.180	490.631	0
Pessoal Ativo	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Vencimentos, Vantagens e Outras Despesas Variáveis	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Obrigações Patronais	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Benefícios Previdenciários	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Pessoal Inativo e Pensionistas	42.053	41.945	42.184	42.179	42.496	63.985	34.196	19.272	14.449	42.537	63.157	42.180	490.631	0
Aposentadorias, Reserva e Reformas	28.046	28.027	28.204	28.206	28.475	42.322	20.192	4.644	42	27.791	41.860	27.427	305.236	0
Pensões	14.006	13.918	13.979	13.973	14.021	21.663	14.004	14.628	14.408	14.746	21.297	14.753	185.395	0
Outros Benefícios Previdenciários	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Outras despesas de pessoal decorrentes de contratos de terceirização (§ 1º do art. 18 da LRF)	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)	367	40.255	40.265	40.468	40.673	60.268	32.204	17.379	12.751	13.912	60.202	41.287	400.029	0
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Decorrentes de Decisão Judicial	111	69	52	39	70	71	0	0	0	42	42	42	538	0
Despesas de Exercícios Anteriores	255	254	255	255	255	254	0	0	0	251	251	251	2.281	0
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	0	39.931	39.958	40.173	40.348	59.943	32.204	17.379	12.751	13.619	59.909	40.994	397.210	0
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)	41.686	1.691	1.919	1.711	1.823	3.717	1.992	1.893	1.699	28.625	2.955	892	90.602	0

APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL		VALOR	% SOBRE A RCL
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)		651.943.266	-
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (VII) = (III a + III b)		90.602	-
% da DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP sobre a RCL (VI) = (VII / VI) * 100			0,014%
LIMITE MÁXIMO (VIII) (incisos I, II e III do art. 20 da LRF) - 0,169% (Decreto nº 3.917/2001) <sup>1</sup>		1.101.784	0,169%
LIMITE PRUDENCIAL (IX) (parágrafo único do art. 22 da LRF) - 0,161%		1.046.695	0,161%
LIMITE DE ALERTA (X) = (0,90 x VIII) (inciso II do §1º do art. 59 da LRF) - 0,152%		991.606	0,152%

FONTE: SIAFI - STN/CONT/GEINF

<sup>1</sup> O Decreto nº 10.120, de 21 de novembro de 2019, deu nova redação aos incisos do art. 2º do Decreto nº 3.917, de 13 de setembro de 2001.

BRUNO FUNCHAL  
Secretário do Tesouro Nacional

ANTÔNIO CARLOS BEZERRA LEONEL  
Secretário Federal de Controle Interno

UNIÃO - PODER EXECUTIVO  
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL  
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL  
RECURSOS DA UNIÃO PARA RORAIMA  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO/2020 A DEZEMBRO/2020

RGF - Anexo I (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a")

RS milhares

DESPESA COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS (Últimos 12 Meses)													INSCRITAS EM RPNP (b)
	LIQUIDADAS													
	JAN/20	FEV/20	MAR/20	ABR/20	MAI/20	JUN/20	JUL/20	AGO/20	SET/20	OUT/20	NOV/20	DEZ/20	TOTAL (ÚLTIMOS 12 MESES) (a)	
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	29.667	29.796	29.831	30.168	30.483	47.024	1.736	1.754	2.032	8.260	30.343	14.210	255.305	24
Pessoal Ativo	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Vencimentos, Vantagens e Outras Despesas Variáveis	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Obrigações Patronais	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Benefícios Previdenciários	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Pessoal Inativo e Pensionistas	29.667	29.796	29.831	30.168	30.483	47.024	1.736	1.754	2.032	8.260	30.343	14.210	255.305	24
Aposentadorias, Reserva e Reformas	21.701	21.739	21.791	22.102	22.404	34.220	0	0	128	0	17.890	6.054	168.029	24
Pensões	7.965	8.057	8.040	8.066	8.079	12.804	1.736	1.754	1.904	8.260	12.453	8.156	87.276	0
Outros Benefícios Previdenciários	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Outras despesas de pessoal decorrentes de contratos de terceirização (§ 1º do art. 18 da LRF)	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)	28.073	28.198	28.187	28.550	28.879	41.923	6	6	201	18	24.454	7.107	215.602	24
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Decorrentes de Decisão Judicial	6	6	6	6	6	6	6	6	6	6	6	0	64	0
Despesas de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	209	0	0	5	13	0	0	227	0
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	28.067	28.192	28.181	28.544	28.873	41.708	0	0	190	0	24.449	7.107	215.311	24
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)	1.593	1.597	1.645	1.619	1.604	5.102	1.731	1.748	1.831	8.242	5.889	7.103	39.704	0

APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL		VALOR	% SOBRE A RCL
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)		651.943.266	-
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (VII) = (III a + III b)		39.704	-
% da DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP sobre a RCL (VI) = (VII / VI) * 100			0,006%
LIMITE MÁXIMO (VIII) (incisos I, II e III do art. 20 da LRF) - 0,099% (Decreto nº 3.917/2001) <sup>1</sup>		645.424	0,099%
LIMITE PRUDENCIAL (IX) (parágrafo único do art. 22 da LRF) - 0,094%		613.153	0,094%
LIMITE DE ALERTA (X) = (0,90 x VIII) (inciso II do §1º do art. 59 da LRF) - 0,089%		580.881	0,089%

<sup>1</sup> O Decreto nº 10.120, de 21 de novembro de 2019, deu nova redação aos incisos do art. 2º do Decreto nº 3.917, de 13 de setembro de 2001.

BRUNO FUNCHAL  
Secretário do Tesouro Nacional

ANTÔNIO CARLOS BEZERRA LEONEL  
Secretário Federal de Controle Interno

UNIÃO - PODER EXECUTIVO  
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL  
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL  
RECURSOS DA UNIÃO PARA DISTRITO FEDERAL  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO/2020 A DEZEMBRO/2020

RGF - Anexo I (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a")

R\$ milhares

DESPESA COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS (Últimos 12 Meses)													INSCRITAS EM RPNP (b)
	LIQUIDADAS													
	JAN/20	FEV/20	MAR/20	ABR/20	MAI/20	JUN/20	JUL/20	AGO/20	SET/20	OUT/20	NOV/20	DEZ/20	TOTAL (ÚLTIMOS 12 MESES) (a)	
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	1.466.960	784.104	1.214.319	1.091.498	1.061.719	1.438.896	1.080.122	1.058.885	1.070.429	1.069.071	1.324.512	1.036.755	13.697.269	9.900
Pessoal Ativo	817.755	450.161	530.378	631.627	583.883	648.890	510.967	489.359	503.732	506.904	626.670	618.534	6.918.859	7.038
Vencimentos, Vantagens e Outras Despesas Variáveis	805.442	438.140	515.274	616.551	568.805	632.371	491.371	472.929	487.238	490.507	593.927	606.456	6.719.010	7.038
Obrigações Patronais	12.312	12.021	15.104	15.077	15.078	16.519	19.596	16.430	16.494	16.397	32.743	12.078	199.849	0
Benefícios Previdenciários	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Pessoal Inativo e Pensionistas	649.205	333.944	683.941	459.871	477.836	790.006	569.154	569.527	566.697	562.167	697.842	418.221	6.778.410	2.862
Aposentadorias, Reserva e Reformas	588.194	286.994	616.268	405.733	430.459	682.345	495.843	495.699	491.327	493.035	599.152	353.521	5.938.570	1.927
Pensões	61.011	46.950	67.673	54.138	47.376	107.661	73.312	73.827	75.370	69.132	98.690	64.700	839.840	935
Outros Benefícios Previdenciários	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Outras despesas de pessoal decorrentes de contratos de terceirização (§ 1º do art. 18 da LRF)	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)	736.812	52.160	40.762	48.946	59.559	121.312	93.057	84.973	70.446	78.041	141.289	131.680	1.659.037	22
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	4.018	7.561	8.406	9.288	11.532	14.109	12.438	7.930	10.908	10.348	2.381	14.454	113.373	0
Decorrentes de Decisão Judicial	89	74	74	89	89	91	96	92	91	94	109	95	1.083	0
Despesas de Exercícios Anteriores	722.221	192	205	39	333	11	56	69	58	28	1.046	60	724.318	0
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	10.485	44.333	32.077	39.529	47.604	107.100	80.468	76.882	59.389	67.571	137.753	117.070	820.262	22
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)	730.148	731.945	1.173.557	1.042.552	1.002.160	1.317.584	987.064	973.913	999.983	991.030	1.183.223	905.074	12.038.232	9.878

**APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL**

	VALOR	% SOBRE A RCL
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)	651.943.266	-
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (VII) = (III a + III b)	12.048.110	-
% da DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP sobre a RCL (VI) = (VII / VI) * 100		1,848%
LIMITE MÁXIMO (VIII) (incisos I, II e III do art. 20 da LRF) - 2,200% (Decreto nº 3.917/2001)	14.342.752	2,200%
LIMITE PRUDENCIAL (IX) (parágrafo único do art. 22 da LRF) - 2,090%	13.625.614	2,090%
LIMITE DE ALERTA (X) = (0,90 x VIII) (inciso II do §1º do art. 59 da LRF) - 1,98%	12.908.477	1,980%

FONTE: SIAFI - STN/CCONT/GEINF

¹ O Decreto nº 6.334, de 28 de dezembro de 2007, deu nova redação aos incisos do art. 2º do Decreto nº 3.917, de 13 de setembro de 2001.

BRUNO FUNCHAL  
Secretário do Tesouro Nacional

ANTÔNIO CARLOS BEZERRA LEONEL  
Secretário Federal de Controle Interno

UNIÃO  
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL  
**DEMONSTRATIVO DA DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A DEZEMBRO DE 2020

RGF - Anexo 2 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "b")		R\$ milhares		
ESPECIFICAÇÃO	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2020		
		Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre	Até o 3º Quadrimestre
DÍVIDA CONSOLIDADA - DC (I)	6.200.607.290	6.167.644.972	6.326.720.332	6.960.917.148
Dívida Mobiliária	6.146.316.245	6.085.877.876	6.280.133.866	6.909.656.227
Resultado Financeiro de Operações com Reservas Cambiais e com Derivativos Cambiais (Lei nº 13.820/2019)	6.705.687	0	0	0
Dívida Contratual	40.492.803	42.001.077	39.505.883	44.031.240
Precatórios posteriores a 5.5.2000 (inclusive)	557.030	35.347.167	2.829.088	419.072
Demais	6.535.525	4.418.852	4.251.495	6.810.608
DEDUÇÕES (II) *	2.616.523.454	2.396.608.817	2.371.082.317	2.414.035.284
Ativo Disponível	1.438.785.413	1.118.068.921	1.068.727.383	1.450.852.573
Haveres Financeiros	1.251.837.095	1.373.554.967	1.376.691.199	1.040.674.010
(-) Restos a Pagar Processados <sup>1</sup>	-74.099.054	-95.015.072	-74.336.265	-77.491.299
<b>DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA - DCL (III) = (I - II)</b>	<b>3.584.083.836</b>	<b>3.771.036.155</b>	<b>3.955.638.016</b>	<b>4.546.881.864</b>
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL	905.658.590	879.152.902	765.111.520	651.943.266
% da DC sobre a RCL (I / RCL)	684,65%	701,54%	826,90%	1067,72%
% da DCL sobre a RCL (III / RCL)	395,74%	428,94%	517,00%	697,44%
LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL - <=> <sup>2</sup>	-	-	-	-
OUTROS VALORES NÃO INTEGRANTES DA DC		SALDO DO EXERCÍCIO DE 2020		
	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre	Até o 3º Quadrimestre
PASSIVO ATUARIAL	1.275.882.303	1.865.288.313	1.865.288.313	1.919.897.618
RPPS Civil	1.063.643.724	1.063.643.724	1.063.643.724	1.157.593.143
Despesas Previdenciárias do FCDF	72.321.324	72.321.324	72.321.324	58.469.832
Militares Inativos		467.533.133	467.533.133	405.782.998
Pensões Militares	139.917.255	261.790.131	261.790.131	298.051.645

FONTE: SIAFI - STN/CCONT/GEINF

Nota: Em atendimento aos Acórdãos nº 435/2009-TCU-1ª Câmara e 5403/2009-TCU-1ª Câmara, a partir do 1º Quadrimestre de 2010, o demonstrativo passou a ser apurado a partir dos dados do Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal (Siafi)

<sup>1</sup>O valor evidenciado nesta linha inclui o total de Restos a Pagar inscritos como Processados que aguardam pagamento e o total de Restos a Pagar inscritos com Não-Processados que foram posteriormente liquidados e aguardam, de igual maneira, pagamento. Além disso, por representarem potenciais inscrições de Restos a Pagar em 31 de dezembro, estão somados, também, os valores das despesas liquidadas no exercício financeiro atual que não foram pagas até o 3º Quadrimestre de 2020.

<sup>2</sup> Limite em regulamentação. O Poder Executivo encaminhou proposta de limite de endividamento da União para regulamentação pelo Senado Federal.

BRUNO FUNCHAL  
Secretário do Tesouro Nacional

ANTÔNIO CARLOS BEZERRA LEONEL  
Secretário Federal de Controle Interno

UNIÃO  
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL  
**DETALHAMENTO DO DEMONSTRATIVO DA DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A DEZEMBRO DE 2020

R\$ milhares					
ESPECIFICAÇÃO	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2020			
		Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre	Até o 3º Quadrimestre	
<b>DÍVIDA CONSOLIDADA - DC (I)</b>	6.200.607.290	6.167.644.972	6.326.720.332	6.960.917.148	
Dívida Mobiliária	6.146.316.245	6.085.877.876	6.280.133.866	6.909.656.227	
Dívida Mobiliária do TN Interna (em mercado)	4.092.301.702	3.952.120.418	4.181.030.115	4.760.272.452	
(-) Aplicações em Títulos Públicos	-2.738.436	-3.500.338	-3.585.760	-3.712.371	
Dívida Mobiliária do TN Interna (em carteira BCB)	1.900.821.455	1.934.752.817	1.880.035.994	1.925.777.096	
Dívida Securitizada	4.850.148	4.702.867	4.468.447	4.630.653	
Dívida Mobiliária Externa	151.081.377	197.802.112	218.185.069	222.688.397	
Resultado Financeiro de Operações com Reservas Cambiais e com Derivativos Cambiais (Lei nº 13.820/2017)	6.705.687	0	0	0	
Dívida Contratual	40.492.803	42.001.077	39.505.883	44.031.240	
Dívida Contratual de PPP	0	0	0	0	
Demais Dívidas Contratuais	40.492.803	42.001.077	39.505.883	44.031.240	
Precatórios posteriores a 5.5.2000 (inclusive)	557.030	35.347.167	2.829.088	419.072	
Dívida Assumida pela União (Lei nº 8.727/93)	2.618.374	2.508.867	2.592.709	2.750.833	
Passivos reconhecidos com insuficiência de créditos / recursos	3.917.151	1.909.985	1.658.786	4.059.776	
<b>DEDUÇÕES (II)</b>	2.616.523.454	2.396.608.817	2.371.082.317	2.414.035.284	
Ativo Disponível	1.438.785.413	1.118.068.921	1.068.727.383	1.450.852.573	
Depósitos do TN no BCB	1.436.157.354	1.114.574.907	1.064.583.667	1.447.970.098	
Depósitos à Vista	2.628.058	3.494.014	4.143.716	2.882.474	
Arrecadação a Recolher	0	0	0	0	
Haveres Financeiros	1.251.837.095	1.373.554.967	1.376.691.199	1.040.674.010	
Aplicações Financeiras	391.556.024	492.160.147	491.427.717	487.281.387	
Disponibilidades do FAT	320.812.312	329.052.748	324.088.309	344.120.513	
Aplicações de Fundos Diversos Junto ao Setor Privado *	70.743.712	163.107.399	167.339.408	143.160.874	
Recursos da Reserva Monetária	0	0	0	0	
Renegociação de Dívidas de Entes da Federação	602.937.307	609.611.724	616.024.678	300.464.093	
Dívida Renegociada Estados e Municípios (Lei nº 9.496/97 e MP nº 2.185/01)	587.978.253	592.609.513	590.998.530	584.557.875	
Créditos da Lei nº 8.727/93	8.082.724	8.274.099	8.543.465	9.132.266	
Dívida Externa Renegociada (Aviso MF nº 30 e outros)	7.742.155	10.617.255	11.696.111	33.261.412	
Demais Dívidas Renegociadas	38.309.523	42.883.604	55.222.509	55.963.709	
Ajustes para Perdas	-39.175.347	-44.772.747	-50.435.937	-382.451.169	
Demais Ativos Financeiros	257.343.763	271.783.097	269.238.803	252.928.530	
Haveres Externos (Garantias)	0	0	0	0	
Outros Créditos Bancários	261.008.350	275.858.058	274.200.592	257.847.310	
Ajustes para Perdas	-3.664.587	-4.074.961	-4.961.789	-4.918.780	
(-) Restos a Pagar Processados <sup>1</sup>	-74.099.054	-95.015.072	-74.336.265	-77.491.299	
<b>DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (DCL) (III) = (I - II)</b>	3.584.083.836	3.771.036.155	3.955.638.016	4.546.881.864	
<b>RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL</b>	905.658.590	879.152.902	765.111.520	651.943.266	
% da DC sobre a RCL (I/RCL)	684,65%	701,54%	826,90%	1067,72%	
% da DCL sobre a RCL (III/RCL)	395,74%	428,94%	517,00%	697,44%	
<b>LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL - &lt; % &gt;<sup>2</sup></b>	-	-	-	-	
<b>OUTROS VALORES NÃO INTEGRANTES DA DC</b>	<b>SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR</b>	<b>SALDO DO EXERCÍCIO DE 2020</b>			
		Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre	Até o 3º Quadrimestre	
<b>PASSIVO ATUARIAL</b>	1.275.882.303	1.865.288.313	1.865.288.312,54	1.919.897.618	
RPPS Civil	1.063.643.724	1.063.643.724	1.063.643.724,44	1.157.593.143	
Despesas Previdenciárias do FCDF	72.321.324	72.321.324	72.321.324,29	58.469.832	
Militares Inativos		467.533.133	467.533.133,29	405.782.998	
Pensões Militares	139.917.255	261.790.131	261.790.130,53	298.051.645	

FONTE: SIAFI - STN/CONT/GEINF

BRUNO FUNCHAL  
Secretário do Tesouro Nacional

ANTÔNIO CARLOS BEZERRA LEONEL  
Secretário Federal de Controle Interno

UNIÃO  
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL  
**DEMONSTRATIVO DAS GARANTIAS E CONTRAGARANTIAS DE VALORES**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A DEZEMBRO DE 2020

RGF - Anexo 3 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "c" e art. 40, § 1º)

R\$ milhares

GARANTIAS CONCEDIDAS	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDOS DO EXERCÍCIO DE 2020		
		Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre	Até o 3º Quadrimestre
AOS ESTADOS (I)	200.463.490	245.203.855	245.260.077	232.516.842
Em Operações de Crédito Externas	109.558.277	144.624.533	144.942.360	135.180.751
Em Operações de Crédito Internas	90.905.212	100.579.322	100.317.716	97.336.091
AOS MUNICÍPIOS (II)	19.455.577	25.232.312	26.350.848	26.854.686
Em Operações de Crédito Externas	14.615.816	20.037.115	20.544.536	19.961.585
Em Operações de Crédito Internas	4.839.761	5.195.197	5.806.312	6.893.102
ÀS ENTIDADES CONTROLADAS (III)	35.912.373	41.981.286	39.521.256	36.625.848
Em Operações de Crédito Externas	22.383.816	29.167.719	29.091.712	26.792.014
Em Operações de Crédito Internas	13.528.557	12.813.567	10.429.544	9.833.834
POR MEIO DE FUNDOS E PROGRAMAS (IV) <sup>(1)</sup>	23.674.573	23.885.409	40.522.696	37.004.736
FGTS - BNDES <sup>(2)</sup>	0	0	2.352.796	2.200.017
Fundo de Garantia à Exportação - FGE	0	0	28.416.164	25.415.284
Seguro de Crédito à Exportação - SCE/IRB	1.236.620	1.236.620	1.236.620	1.236.620
Prog. Fortalecimento Agric. Familiar - PRONAF/BB	144.601	144.601	144.601	22.650
Prog. de Recuperação da Lavoura Cacaueira - BB	1.056.279	1.056.279	1.056.279	771.160
Lei nº 8.036/90 - Risco de Operações Ativas	21.237.073	21.447.910	3.513.942	3.600.861
EMGEA - MP nº 2.155, de 22.06.2001 <sup>(2)</sup>	0	0	3.802.295	3.758.145
<b>TOTAL GARANTIAS CONCEDIDAS (V) = (I + II + III + IV)</b>	<b>279.506.012</b>	<b>336.302.862</b>	<b>351.654.878</b>	<b>333.002.112</b>
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (VI)	905.658.590	879.152.902	765.111.520	651.943.266
% do TOTAL DAS GARANTIAS sobre a RCL	30,86%	38,25%	45,96%	51,08%
LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL - 60%	543.395.154	527.491.741	459.066.912	391.165.960
LIMITE DE ALERTA (inciso III do §1º do art. 59 da LRF) - (0,9 x 60%)	489.055.638	474.742.567	413.160.221	352.049.364

CONTRAGARANTIAS RECEBIDAS	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDOS DO EXERCÍCIO DE 2020		
		Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre	Até o 3º Quadrimestre
DOS ESTADOS (VII)	200.463.490	245.203.855	245.260.077	232.516.842
Em Garantia às operações de Crédito Externas	109.558.277	144.624.533	144.942.360	135.180.751
Em Garantia às operações de Crédito Internas	90.905.212	100.579.322	100.317.716	97.336.091
DOS MUNICÍPIOS (VIII)	19.455.577	25.232.312	26.350.848	26.854.686
Em Garantia às operações de Crédito Externas	14.615.816	20.037.115	20.544.536	19.961.585
Em Garantia às operações de Crédito Internas	4.839.761	5.195.197	5.806.312	6.893.102
DAS ENTIDADES CONTROLADAS (IX)	15.550.349	17.921.453	17.562.056	16.408.590
Em Garantia às operações de Crédito Externas	9.171.614	11.943.390	11.935.279	11.184.763
Em Garantia às operações de Crédito Internas	6.378.735	5.978.063	5.626.778	5.223.827
EM GARANTIAS POR MEIO DE FUNDOS E PROGRAMAS (X)	0	0	0	0
<b>TOTAL CONTRAGARANTIAS RECEBIDAS (XI) = (VII + VIII + IX + X)</b>	<b>235.469.416</b>	<b>288.357.621</b>	<b>289.172.981</b>	<b>275.780.118</b>

FONTE: SIAFI - STN/CCONT/GEINF e CODIV

1) A partir do 2º Quadrimestre de 2020, as operações por meio de fundos e programas passaram a ser detalhadas pelos fundos identificados por lançamentos no SIAFI.

2) Os valores relativos a esta linha ainda não se encontram registrados no SIAFI.

BRUNO FUNCHAL  
Secretário do Tesouro Nacional

ANTÔNIO CARLOS BEZERRA LEONEL  
Secretário Federal de Controle Interno

UNIÃO  
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL  
**DEMONSTRATIVO DAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A DEZEMBRO DE 2020

RGF - Anexo 4 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "d" e inciso III alínea "c") R\$ milhares

<u>OPERAÇÕES DE CRÉDITO</u>	VALOR	
	No 3º Quadrimestre	Até o 3º Quadrimestre
<b>OPERAÇÕES DE CRÉDITO (I)</b>	823.729.117	1.652.664.941
Mobiliária	822.814.617	1.651.050.484
Interna	809.430.746	1.620.562.113
Refinanciamento	186.200.969	486.885.512
Outras Internas - Orçamentárias	621.054.154	1.129.406.424
Outras Internas - Extraorçamentárias	2.175.623	4.270.178
<i>Aporte Bacen Lei nº 11.803/2008</i>	171.832	247.976
<i>Trocas e Demais Operações Internas</i>	2.003.791	4.022.202
Externa	13.383.871	30.488.371
Refinanciamento	9.178.589	20.668.003
Assunção, Reconhecimento e Confissão de Dívidas (LRF, art. 29, § 1º) <sup>1</sup>	0	
Outras Operações Mobiliárias Externas	4.205.282	9.820.368
Contratual	914.500	1.614.457
Externa	914.500	1.614.457
Abertura de Crédito - Orçamentárias	914.500	1.614.457

<u>APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DOS LIMITES</u>	VALOR	% SOBRE A RCL
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA – RCL	651.943.266	–
OPERAÇÕES VEDADAS (II)	–	–
OUTRAS OPERAÇÕES DEDUZIDAS DO LIMITE (III)	1.036.314.557	158,96%
Amortização/Refinanciamento do Principal de Dívidas <sup>1</sup>	1.036.066.581	158,92%
Cancelamento de títulos aceitos em leilões de trocas	0	0,00%
Aporte Bacen Lei 11.803/2008 <sup>1</sup>	247.976	0,04%
Concessão de Garantias <sup>2</sup>	0	0,00%
TOTAL CONSIDERADO PARA FINS DA APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE (IV) = (Ia) + (II) – (III) <sup>3</sup>	616.350.384	94,54%
LIMITE GERAL DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL PARA AS OPERAÇÕES DE CRÉDITO EXTERNAS E INTERNAS <sup>4</sup>	391.165.960	60,00%
OPERAÇÕES DE CRÉDITO POR ANTECIPAÇÃO DA RECEITA ORÇAMENTÁRIA	–	–
LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL PARA AS OPERAÇÕES DE CRÉDITO POR ANTECIPAÇÃO DA RECEITA	–	–

FONTE: SIAFI - STN/CCONT/GEINF e STN/CODIV/GEOFI

<sup>1</sup> Dedução conforme art. 7º, §2º, I da Resolução do Senado Federal nº 48, de 21 de dezembro de 2007, alterada pela Resolução do Senado Federal nº 41, de 8 de dezembro de 2009.

<sup>2</sup> Representa o valor das operações efetuadas no período de referência do relatório, apurado a partir da variação, no período, dos saldos de Garantias Concedidas, demonstrados no Anexo 3 do Relatório de Gestão Fiscal do Poder Executivo Federal. Quando houver redução no valor total de concessão de garantias de um quadrimestre para o outro, essa linha virá zerada, uma vez que não existe concessão negativa de garantias. Em 2020, houve um aumento de concessão de garantias no valor de R\$ 53.154 milhões. Contudo, tendo em vista que ainda não é possível separar as concessões de garantia da União com a de outras entidades detalhadas no Anexo 3, consideramos mais prudente manter a linha zerada.

<sup>3</sup> Tendo em vista ocorrência de calamidade pública reconhecida pelo Congresso Nacional, o cumprimento do limite de operações de crédito foi suspenso para o exercício, de acordo com o artigo 65º da Lei de Responsabilidade Fiscal. No caso de as deduções superarem as operações de crédito realizadas no período, o valor considerado para fins de apuração do limite é zero.

<sup>4</sup> Limite estabelecido pela Resolução do Senado Federal nº 48, de 21 de dezembro de 2007, válido para cada exercício. Os valores divulgados para o 1º e 2º quadrimestres não devem ser considerados como referência para projeção da evolução anual do indicador, tendo em vista as sazonalidades das receitas e despesas orçamentárias, em especial as relacionadas à gestão da Dívida Pública Federal.

BRUNO FUNCHAL  
Secretário do Tesouro Nacional

ANTÔNIO CARLOS BEZERRA LEONEL  
Secretário Federal de Controle Interno

PODER EXECUTIVO  
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL  
**DEMONSTRATIVO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA E RESTOS A PAGAR**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A DEZEMBRO DE 2020

RGF - Anexo 5 (LRF, art. 55, Inciso III, alíneas "a" e "b")

R\$

GRUPO DE DESTINAÇÃO DE RECURSOS	DISPONIBILIDADE DE CAIXA BRUTA ATUAL	OBRIGAÇÕES FINANCEIRAS				DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS)	INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (DEPOIS DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS)	EMPENHOS NÃO LIQUIDADOS CANCELADOS (NÃO INSCRITOS POR INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA)
		Restos a Pagar Liquidados e Não Pagos de Exercícios Anteriores	Restos a Pagar Liquidados e Não Pagos do Exercício	Restos a Pagar Empenhados e Não Liquidados de Exercícios Anteriores	Demais Obrigações Financeiras				
	(a)	(b)	(c)	(d)	(e)		(g)	(f - g)	(h)
<b>TOTAL DE RECURSOS NÃO VINCULADOS/ORDINÁRIOS (I)</b>	<b>122.347.902.446</b>	<b>7.724.990.295</b>	<b>6.071.549.707</b>	<b>21.673.421.215</b>	<b>7.402.685.315</b>	<b>79.475.255.914</b>	<b>28.185.280.002</b>	<b>51.289.975.912</b>	<b>413.969</b>
<b>TOTAL DE RECURSOS VINCULADOS (II)</b>	<b>1.422.843.590.589</b>	<b>2.006.578.968</b>	<b>58.008.998.514</b>	<b>13.341.804.356</b>	<b>18.613.918.460</b>	<b>1.330.872.290.291</b>	<b>87.358.252.577</b>	<b>1.243.514.037.714</b>	<b>1.620.391</b>
1. Recursos vinculados à Educação	15.460.465.326	133.609.871	489.837.889	1.892.953.750	-676.238	12.944.740.054	2.417.439.743	10.527.300.311	18.257
2. Recursos vinculados à Seguridade Social (exceto Previdência)	57.285.929.430	817.586.768	3.628.629.473	3.347.499.124	314.200.026	49.178.014.039	9.091.482.904	40.086.531.135	224.145
3. Recursos vinculados à Previdência Social (RPPS)	-2.322.111.626	1.606.403	826.260.392	2.874.059	86.427.426	-3.239.279.906	5.529.343	-3.244.809.249	0
4. Recursos vinculados à Previdência Social (RGPS)	11.682.470.786	211.399	1.441.009.870	0	1.358.047	10.239.891.470	1.048.747.120	9.191.144.350	0
5. Recursos de Receitas Financeiras Vinculadas	27.047.708.313	1.257.874	5.985.162	5.230.025	-109.160	27.035.344.412	16.909.471	27.018.434.941	0
6. Recursos da Dívida Pública	894.557.160.270	231.837.778	49.739.125.605	779.052.126	802.890.583	843.004.254.178	22.329.478.175	820.674.776.004	0
7. Recursos de Alienação de Bens e Direitos	5.760.923.133	84.415	107.390	5.044.112	6.416.646	5.749.270.569	34.130.511	5.715.140.059	0
8. Recursos de Transferências Constitucionais e Legais a Estados, DF, Municípios, inclusive Fundos	21.847.082.108	0	0	435.172.215	0	21.411.909.893	36.453.971.292	-15.042.061.399	0
9. Recursos Vinculados a Fundos, Órgãos e Programas	355.635.345.465	820.291.147	1.839.290.543	6.791.440.144	2.156.475.930	344.027.847.701	15.275.595.141	328.752.252.559	1.312.457
10. Outros Recursos Vinculados	35.800.528.126	93.313	38.752.189	82.538.801	15.227.641.297	20.451.502.526	684.968.877	19.766.533.648	65.533
11. Recursos a Classificar	88.089.257	0	0	0	19.293.903	68.795.355	0	68.795.355	0
<b>TOTAL (III) = (I + II)</b>	<b>1.545.191.493.035</b>	<b>9.731.569.263</b>	<b>64.080.548.221</b>	<b>35.015.225.571</b>	<b>26.016.603.775</b>	<b>1.410.347.546.205</b>	<b>115.543.532.579</b>	<b>1.294.804.013.626</b>	<b>2.034.360</b>

FONTE: SIAFI - STN/CCONT/GEINF

Notas:

1 As fontes de recursos foram agrupadas conforme o atributo Fonte de Recursos e, em alguns casos, de acordo o seu detalhamento para se adequar ao novo modelo do Anexo 5 do Relatório de Gestão Fiscal. Mais informações estão na seção de Metodologia deste RGF.

2 Os recursos vinculados com insuficiência de caixa são compensados pelos recursos ordinários.

BRUNO FUNCHAL  
Secretário do Tesouro Nacional

ANTÔNIO CARLOS BEZERRA LEONEL  
Secretário Federal de Controle Interno

UNIÃO - PODER EXECUTIVO  
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL  
**DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A DEZEMBRO DE 2020

RGF - Anexo 6 (LRF, art. 48)	R\$ milhares	
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA	VALOR	
Receita Corrente Líquida	651.943.266	
DESPESA COM PESSOAL	VALOR	% SOBRE A RCL
<b>PODER EXECUTIVO</b>		
Despesa Total com Pessoal - DTP	227.885.682	34,955%
Limite Máximo (incisos I, II e III do art. 20 da LRF) - 37,9%	247.086.498	37,900%
Limite Prudencial (parágrafo único do art. 22 da LRF) - 36,01%	234.732.173	36,005%
Limite de Alerta (inciso II do §1º do art. 59 da LRF) - 34,11%	222.377.848	34,110%
<b>DESPESAS DA UNIÃO COM O AMAPÁ</b>		
Despesa Total com Pessoal - DTP	90.602	0,014%
Limite Máximo (incisos I, II e III do art. 20 da LRF) - 0,169% (Decreto nº 3.917/2001) <sup>1</sup>	1.101.784	0,169%
Limite Prudencial (parágrafo único do art. 22 da LRF) - 0,161%	1.046.695	0,161%
Limite de Alerta (inciso II do §1º do art. 59 da LRF) - 0,152%	991.606	0,152%
<b>DESPESAS DA UNIÃO COM RORAIMA</b>		
Despesa Total com Pessoal - DTP	39.704	0,006%
Limite Máximo (incisos I, II e III do art. 20 da LRF) - 0,099% (Decreto nº 3.917/2001) <sup>1</sup>	645.424	0,099%
Limite Prudencial (parágrafo único do art. 22 da LRF) - 0,094%	613.153	0,094%
Limite de Alerta (inciso II do §1º do art. 59 da LRF) - 0,089%	580.881	0,089%
<b>DESPESAS DA UNIÃO COM O DISTRITO FEDERAL</b>		
Despesa Total com Pessoal - DTP	12.048.110	1,848%
Limite Máximo (incisos I, II e III do art. 20 da LRF) - 2,200% (Decreto nº 3.917/2001) <sup>1</sup>	14.342.752	2,200%
Limite Prudencial (parágrafo único do art. 22 da LRF) - 2,090%	13.625.614	2,090%
Limite de Alerta (inciso II do §1º do art. 59 da LRF) - 1,980%	12.908.477	1,980%
DÍVIDA	VALOR	% SOBRE A RCL
Dívida Consolidada Líquida	4.546.881.864	697,44%
Limite Definido por Resolução do Senado Federal	-	-
GARANTIAS DE VALORES	VALOR	% SOBRE A RCL
Total das Garantias de Valores	333.002.112	51,08%
Limite Definido pela Resolução do Senado Federal 48/2007 - 60%	391.165.960	60,00%
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	VALOR	% SOBRE A RCL
Operações de Crédito Externas e Internas (Exceto Amortização/Refinanciamento e Demais Deduções)	616.350.384	94,54%
Limite Definido pela Resolução do Senado Federal 48/2007 para Operações de Crédito Externas e Internas - 60%	391.165.960	60,00%
Operações de Crédito por Antecipação da Receita	-	-
Limite Definido pelo Senado Federal para Operações de Crédito por Antecipação da Receita	-	-
DISPONIBILIDADE E RESTOS A PAGAR	INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO	DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (APÓS A INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO)
Valor Apurado	115.543.533	1.294.804.014

**METODOLOGIA DE ELABORAÇÃO DOS DEMONSTRATIVOS QUE COMPÕEM O RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL  
PODER EXECUTIVO DO GOVERNO FEDERAL  
3º QUADRIMESTRE DE 2020**

PORTARIA Nº 286, DE 7 DE MAIO DE 2019, DA STN, QUE APROVOU A 10ª EDIÇÃO DO MANUAL DE DEMONSTRATIVOS FISCAIS

**1) DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL – ANEXO 1 – LRF, ART.55, INCISO I, ALÍNEA “A”**

- Gestão: Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social, exceto quando indicado de forma diferente no quadro abaixo;
- Definição dos itens integrantes do anexo de Despesas com Pessoal:
- Movimento mensal dos últimos 12 meses nos itens de informação Despesas Liquidadas e Despesas Inscritas em RP Não Processados:

<b>DEMONSTRATIVO DE DESPESAS COM PESSOAL</b>		
<b>DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)</b>	<b>DESPESAS COM AUXÍLIO-RECLUSÃO E SALÁRIO FAMÍLIA PASSARAM A SER DESCONSIDERADAS COMO DESPESA COM PESSOAL PELA EMENDA CONSTITUCIONAL Nº 103/2019.</b>	
<b>Pessoal Ativo</b>	Soma dos itens abaixo.	
<b>Vencimentos, Vantagens e Outras Despesas Variáveis</b>	Grupo de Despesa	1 – Pessoal e Encargos Sociais
	Elemento de Despesa	EXCETO 01 – Aposentadorias do RPPS, Reserva Remunerada e Reforma Militar EXCETO 03 – Pensões do RPPS e do Militar EXCETO 34 – Outras Despesas de Pessoal – Terceirização
	Natureza da Despesa Detalhada	<b>CONTÉM O TERMO "AUXÍLIO-DOENÇA"</b>
	<b>EXCETUANDO-SE</b>	
	Linhas	Obrigações Patronais e Benefícios Previdenciários com Ativos e Inativos
	Elemento de Despesa (para Naturezas de Despesas que contenham os seguintes termos em suas descrições: "APOSENT"; "INAT"; "REFORM"; "PEN"; "7.963/1989")	05 – Outros Benefícios Previdenciários do Servidor ou do Militar 08 – Outros Benefícios Assistenciais do Servidor e do Militar 09 – Salário Família 17 – Outras Despesas Variáveis – Pessoal Militar 91 – Sentenças Judiciais 92 – Despesas de Exercícios Anteriores 94 – Indenizações e Restituições Trabalhistas
<b>Obrigações Patronais</b>	Grupo de Despesa	1 – Pessoal e Encargos Sociais
	Elemento de Despesa	07 – Contribuição a Entidade Fechada de Previdência 13 – Obrigações Patronais
	<b>MAIS (+)</b>	
	Grupo de Despesa	1 – Pessoal e Encargos Sociais
	Natureza da Despesa Detalhada	31909213 – Obrigações Patronais 31919213 – Obrigações Patronais 31909207 – Contribuição a Entidade Fechada de Previdência
<b>Benefícios Previdenciários</b>	Grupo de Despesa	1 – Pessoal e Encargos Sociais
	Natureza da Despesa Detalhada	31909205 – Outros Benefícios Previdenciários do Servidor e do Militar 31919205 – Outros Benefícios Previdenciários do Servidor e do Militar TERMINAM COM "0504"; 0509"; 0599"; 0501"; 0503"

<b>Pessoal Inativo e Pensionistas</b>	Soma dos itens abaixo.	
<b>Aposentadorias, Reserva e Reformas</b>	Grupo de Despesa	1 – Pessoal e Encargos Sociais
	Elemento de Despesa	01 – Aposentadorias do RPPS, Reserva Remunerada e Reforma Militar
	<b>MAIS (+)</b>	
	Grupo de Despesa	1 – Pessoal e Encargos Sociais
	Natureza da Despesa Detalhada	31901702 – Ajuda de Custo por Transferência do Militar para Inatividade Remunerada 31909109 – Sentença Judicial Parcela Única – Inativo Civil 31909112 – Sentença Judicial Parcela Única – Inativo Militar 31909115 – Sentença Judicial Não Transitada em Julgado – Inativo Civil 31909118 – Sentença Judicial Não Transitada em Julgado – Inativo Militar 31909123 – Precatórios – Inativo Civil 31909124 – Precatórios – Inativo Militar 31909128 – Sentença Judicial de Pequeno Valor – Inativo Civil 31909129 – Sentença Judicial de Pequeno Valor – Inativo Militar 31909201 – Aposentadorias, Reserva Remunerada e Reformas 31909403 – Indenizações e Restituições Trabalhistas do Inativo Civil <b>31909404 – Indenizações e Restituições Trabalhistas do Inativo Militar</b> 31909414 – Compensações Pecuniárias – Lei nº 7.964/1989
<b>Pensões</b>	Grupo de Despesa	1 – Pessoal e Encargos Sociais
	Elemento de Despesa	03 – Pensões do RPPS e do Militar
	<b>MAIS (+)</b>	
	Grupo de Despesa	1 – Pessoal e Encargos Sociais
	Natureza da Despesa Detalhada	31909110 – Sentença Judicial Parcela Única – Pensionista Civil 31909113 – Sentença Judicial Parcela Única – Pensionista Militar 31909116 – Sentença Judicial Não Transitada em Julgado – Pensionista Civil 31909119 – Sentença Judicial Não Transitada em Julgado – Pensionista Militar 31909136 – Precatórios – Pensionista Civil 31909137 – Precatórios – Pensionista Militar 31909130 – Sentença Judicial de Pequeno Valor – Pensionista Civil 31909131 – Sentença Judicial de Pequeno Valor – Pensionista Militar 31909203 – Pensões do RPPS e do Militar 31909220 – Pensão Indenização – Anistiados Políticos Civis 31909221 – Pensão Indenização – Anistiados Políticos Militares <b>31909406 – Indenizações e Restituições Trab. Pens. Militar</b>
<b>Outros Benefícios Previdenciários</b>	Grupo de Despesa	1 – Pessoal e Encargos Sociais
	Elemento de Despesa	05 – Outros Benefícios Previdenciários do Servidor ou do Militar
	Natureza da Despesa Detalhada	EXCETO NATUREZAS DE DESPESAS COM SALÁRIO MATERNIDADE OU AUXÍLIO-DOENÇA.
<b>Outras despesas de pessoal decorrentes de contratos de terceirização (§ 1º do art. 18 da LRF)</b>	Grupo de Despesa	1 – Pessoal e Encargos Sociais
		3 – Outras Despesas Correntes
	Elemento de Despesa	34 – Outras Despesas de Pessoal – Terceirização
<b>DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)</b>	Soma dos itens abaixo.	
<b>Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária</b>	Grupo de Despesa	1 – Pessoal e Encargos Sociais

	<p>Elemento de Despesa <b>EXCETUANDO-SE</b> Fonte de Recursos (para Naturezas de Despesas que contenham os seguintes termos em suas descrições: "APOSENT"; "INAT"; "REFORM"; "PEN"; "7.963/1989")</p>	<p>94 – Indenizações e Restituições Trabalhistas  23 – Contribuição para Custeio de Pensões Militares 56 – Contribuição do Plano de Seguridade Social do Servidor 69 – Contribuição Patronal para Plano de Seguridade Social do Servidor</p>
<b>Decorrentes de Decisão Judicial</b>	<p>Grupo de Despesa Elemento de Despesa <b>EXCETUANDO-SE</b> Fonte de Recursos (para Naturezas de Despesas que contenham os seguintes termos em suas descrições: "APOSENT"; "INAT"; "REFORM"; "PEN"; "7.963/1989")</p>	<p>1 – Pessoal e Encargos Sociais 91 – Sentenças Judiciais  23 – Contribuição para Custeio de Pensões Militares 56 – Contribuição do Plano de Seguridade Social do Servidor 69 – Contribuição Patronal para Plano de Seguridade Social do Servidor</p>
<b>Despesas de Exercícios Anteriores</b>	<p>Grupo de Despesa Elemento de Despesa <b>EXCETUANDO-SE</b> Fonte de Recursos (para Naturezas de Despesas que contenham os seguintes termos em suas descrições: "APOSENT"; "INAT"; "REFORM"; "PEN"; "7.963/1989")</p>	<p>1 – Pessoal e Encargos Sociais 92 – Despesas de Exercícios Anteriores  23 – Contribuição para Custeio de Pensões Militares 56 – Contribuição do Plano de Seguridade Social do Servidor 69 – Contribuição Patronal para Plano de Seguridade Social do Servidor</p>
<b>Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados</b>	<p>Grupo de Despesa Fonte de Recursos  Elemento de Despesa <b>MAIS (+)</b> Grupo de Despesa Fonte de Recursos  Elemento de Despesa (para Naturezas de Despesas que contenham os seguintes termos em suas descrições: "APOSENT"; "INAT"; "REFORM"; "PEN"; "7.963/1989")</p>	<p>1 – Pessoal e Encargos Sociais 23 – Contribuição para Custeio de Pensões Militares 56 – Contribuição do Plano de Seguridade Social do Servidor 69 – Contribuição Patronal para Plano de Seguridade Social do Servidor  01 – Aposentadorias do RPPS, Reserva Remunerada e Reforma Militar 03 – Pensões do RPPS e do Militar  1 – Pessoal e Encargos Sociais 23 – Contribuição para Custeio de Pensões Militares 56 – Contribuição do Plano de Seguridade Social do Servidor 69 – Contribuição Patronal para Plano de Seguridade Social do Servidor  05 – Outros Benefícios Previdenciários do Servidor ou do Militar 08 – Outros Benefícios Assistenciais do Servidor e do Militar 09 – Salário Família 17 – Outras Despesas Variáveis – Pessoal Militar 91 – Sentenças Judiciais 92 – Despesas de Exercícios Anteriores 94 – Indenizações e Restituições Trabalhistas</p>
<b>DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I – II)</b>		

Quanto à paginação do demonstrativo de Despesas com Pessoal, segue-se a seguinte metodologia:

DIVISÕES DO DEMONSTRATIVO	
<b>União</b>	UO – Poder 0 – Poder Executivo UO – Órgão Máximo 34000 – Ministério Público da União 59000 – Conselho Nacional do Ministério Público  <b>EXCLUINDO-SE</b> Valores referentes ao GDF e dos ex-Territórios (Amapá e Roraima)
<b>Governo do Distrito Federal</b>	Unidade Orçamentária 73901 – Fundo Constitucional do Distrito Federal
<b>Amapá</b>	Plano Orçamentário (Código UO) 73113 – Recursos sob Supervisão do MPOG Plano Orçamentário (Código UO) 73101 – Recursos sob Supervisão do MF Plano Orçamentário (Código PO) 0004 – Território do Amapá Função de Governo 09 – Previdência Social Subfunção de Governo 272 – Previdência do Regime Estatutário Programa de Governo <b>0032 – Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo</b> Programa de Governo 0089 – Previdência de Inativos e Pensionistas da União
<b>Roraima</b>	Plano Orçamentário (Código UO) 73113 – Recursos sob Supervisão do MPOG Plano Orçamentário (Código UO) 73101 – Recursos sob Supervisão do MF Plano Orçamentário (Código PO) 0003 – Território de Roraima Função de Governo 09 – Previdência Social Subfunção de Governo 272 – Previdência do Regime Estatutário Programa de Governo <b>0032 – Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo</b> Programa de Governo 0089 – Previdência de Inativos e Pensionistas da União

## 2) DEMONSTRATIVO DA DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA – ANEXO 2 – LRF ART. 55, INCISO I, ALÍNEA “B”

- Gestão: Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social, exceto quando indicado de forma diferente no quadro abaixo;
- Definição dos itens integrantes da dívida consolidada:

DÍVIDA CONSOLIDADA	
<b>Dívida Mobiliária</b>	Soma dos itens abaixo.
<b>Dívida Mobiliária do TN Interna (em mercado)</b>	89991.39.01 Dívida Mobiliária Interna Mercado – Curto Prazo 89991.39.02 Dívida Mobiliária Interna Mercado – Longo Prazo 89991.39.03 Dívida Mobiliária Externa – Curto Prazo 89991.39.04 Dívida Mobiliária Externa – Curto Prazo 89991.39.05 Dívida Mobiliária Agrária – TDA/Curto Prazo 89991.39.06 Dívida Mobiliária Agrária – TDA/Curto Prazo
	<b>Critérios</b> Apenas os saldos identificados em nível de conta corrente relacionados a títulos em mercado (exceto operações intraorçamentária). Identificados pela Entidade no Conta Corrente: DP1000001 (CFT-A (VL + CM + ENC) – Mercado); DP1500001 (NTN-D (VL + CM + ENC) – Mercado); DP1700001 (NTN-B (VL + CM + ENC) – Mercado); DP1800001 (NTN-P (VL + CM + ENC) – Mercado); DP2000001 (CFT-D (VL + CM + ENC) – Mercado); DP2300007 (NTN-F (VL + CM + ENC) – Mercado); DP2400001 (NTN-M (VL + CM + ENC) – Mercado); DP2600001 (NTN-I (VL + CM + ENC) – Mercado); DP2800001 (CFT-E (VL + CM + ENC) – Mercado); DP3000001 (CDP/INSS (VL + CM + ENC) – Mercado); DP3400001 (CP (VL + CM + ENC) – Mercado); DP5000001 (LFT-A (VL + CM + ENC) – Mercado); DP5500001 (LFT-B (VL + CM + ENC) – Mercado); DP5800001 (CTN (VL + CM + ENC) – Mercado); DP6100001 (NTN-A1 (VL + CM + ENC) – Mercado); DP1400001 (NTN-C

	(VL + CM + ENC) – Mercado); DP1200001 (CFT–B (VL + CM + ENC) – Mercado); DP9000001 (LTN–DL 2376 (VL + CM + ENC) – Mercado); DP8000001 (BTN/BIB (VL + CM + ENC) – Mercado); DP7000001 (LFT (VL + CM + ENC) – Mercado); DP6600001 (NTN–A6 (VL + CM + ENC) – Mercado); DP6300001 (NTN–A3 (VL + CM + ENC) – Mercado); DP6200001 (NTN–A2 (VL + CM + ENC) – Mercado)
<b>(-) Aplicações em Títulos Públicos</b>	<p>11111.50.XX Aplicações Financeiras de Liquidez Imediata  -11111.50.05 Poupança  -11111.50.11 Aplicações Financeiras de Liquidez Imediata – Recursos CTU  -11111.50.12 Resgate de Aplicações Financeiras de Liquidez Imediata – Recursos CTU</p> <p><b>Critérios</b>  Tipo de Administração "3", "4", "5", "6" e "8" (Administração Indireta)  Órgão EXCETO 25901 – "Fundo de Compensação e Variações Salariais (FCVS)"</p>
<b>Dívida Mobiliária do TN Interna (em carteira BCB)</b>	<p>89991.39.01 Dívida Mobiliária Interna Mercado – Curto Prazo  89991.39.02 Dívida Mobiliária Interna Mercado – Longo Prazo  89991.39.07 Dívida Mobiliária Interna BACEN – Curto Prazo  89991.39.08 Dívida Mobiliária Interna BACEN – Longo Prazo</p> <p><b>Critérios</b>  Apenas os saldos identificados em nível de conta corrente relacionados a títulos em carteira BCB.  Identificados pela Entidade no Conta Corrente: DP1500010 (NTN–D (VL + CM + ENC) – BACEN); DP1800010 (NTN–P (VL + CM + ENC) – BACEN); DP2300010 (NTN–F (VL + CM + ENC) – BACEN); DP5500010 (LFT–B (VL + CM + ENC) – BACEN); DP7000010 (LFT (VL + CM + ENC) – BACEN); DP9000010 (LTN–DL 2376 (VL + CM + ENC) – BACEN); DP1700010 (NTN–B (VL + CM + ENC) – BACEN)</p>
<b>Dívida Securitizada</b>	<p>89991.39.01 Dívida Mobiliária Interna Mercado – Curto Prazo  89991.39.02 Dívida Mobiliária Interna Mercado – Longo Prazo  89991.39.03 Dívida Mobiliária Externa – Curto Prazo  89991.39.04 Dívida Mobiliária Externa – Curto Prazo  89991.39.05 Dívida Mobiliária Agrária – TDA/Curto Prazo  89991.39.06 Dívida Mobiliária Agrária – TDA/Curto Prazo  21211.02.02 Títulos da Dívida Agrária (TDA)  22211.01.02 Títulos da Dívida Agrária (TDA)</p> <p><b>Critérios</b>  Apenas os saldos identificados em nível de conta corrente relacionados a títulos referentes à dívida securitizada (exceto para TDAs).  Identificados pela Entidade no Conta Corrente: DP3100001 (TDA – Título da Dívida Agrária); DP3201031 (BNCC920116); DP3201032 (JUST920116); DP3201059 (NUCL910801); DP3201077 (SOVT910901); DP3201078 (SOVT911001); DP3201080 (SOVT920116); DP3201081 (SOVT911114); DP3201145 (SUMA920199); DP3201202 (LOYD960615); DP3201222 (SIBR950815); DP3201228 (EXTE960815); DP3201233 (Dívida Agrícola); DP3201250 (CVSA970101); DP3201256 (ESTA980601); DP3200001 (CSTN000115); DP3201272 (ESTH980815); DP3201271 (ESTI980815); DP3201262 (ESTG980615); DP3201260 (ESTF980615); DP3201259 (ESTA980625); DP3201258 (ESTB980601); DP3201390 (CSTN000116); DP3201378 (SUNA971115); DP3201368 (EXTE990115); DP3201362 (LOYD990115); DP3201299 (JSTN_A002); DP3201296 (UNIA990116); DP3201281 (ESTJ981215); DP3201280 (JSTN_A001); DP3201277 (CVSD970101); DP3201276 (CVSC970101); DP3201275 (CVSB970101); DP3201257 (ESTC980601)</p>
<b>Dívida Mobiliária Externa</b>	<p>89991.39.03 Dívida Mobiliária Externa – Curto Prazo  89991.39.04 Dívida Mobiliária Externa – Curto Prazo</p>
<b>Resultado Financeiro de Operações com Reservas Cambiais e com Derivativos Cambiais (Lei nº 13.820/2019)</b>	<p>21891.29.01 Resultado Negativo do BACEN – Balanço Apurado  21891.29.02 Custos das Operações Cambiais e Reservas  21894.29.02 Resultado Negativo do BACEN – Custo das Reservas  21895.29.02 Resultado Negativo do BACEN – Custo das Reservas  -11381.30.01 Resultado Positivo do BCB – Balanço Apurado  -11381.30.02 Resultado Positivo do BCB – Custo das Reservas</p>
<b>Dívida Contratual</b>	
<b>Dívida Contratual de PPP</b>	Sem informação.
<b>Demais Dívidas Contratuais</b>	<p>21221.03.00 Empréstimos Externos – Em Contrato  21211.03.01 Crédito Securitizado  21211.03.03 Contratos de Empréstimos Internos  21211.07.00 Empréstimos Recebidos Antecipadamente  21214.03.01 Crédito Securitizado – Inter OFSS – Estados  21214.03.03 Contratos de Empréstimos Internos – Inter Estados</p>

	<p>21215.03.01 Crédito Securitizado – Inter OFSS – Municípios</p> <p>21215.03.03 Contratos de Empréstimos Internos – Inter Municípios</p> <p>21251.01.03 Juros Prorata Sobre Empréstimos Internos Contraídos</p> <p>21221.06.01 Débitos de Operações Especiais</p> <p>21231.02.01 Financiamento dos Ativos Permanentes</p> <p>21231.02.02 Financiamento para Construção de Imóveis Habitacionais</p> <p>21241.02.01 Financiamento dos Ativos Permanentes</p> <p>21254.01.03 Juros Prorata Sobre Empréstimos Internos Contraídos – Inter Estados</p> <p>21255.01.03 Juros Pró-Rata sobre Empréstimos Internos – Inter Municípios</p> <p>22221.02.00 Empréstimos Externos – Em Contratos</p> <p>22211.02.00 Empréstimos Internos – Em Contratos</p> <p>21731.03.01 Instituições Financeiras</p> <p>21731.06.02 Instituições Não Financeiras</p> <p>21771.01.01 Instituições Financeiras</p> <p>21735.04.02 Instituições Não Financeiras</p> <p>22231.01.01 Financiamentos do Ativo Permanente</p> <p>22231.01.02 Financiamentos para Construção de Imóveis</p> <p>21231.01.02 Financiamentos Internos</p> <p>22241.01.01 Financiamentos do Ativo Permanente</p> <p>22731.03.01 Instituições Financeiras</p> <p>22771.01.01 Instituições Financeiras</p> <p><b>Critérios</b></p> <p>ISF Lançamento P (Patrimonial)</p> <p>Para conta contábil 22731.04.01, é excluída a Unidade Gestora 170512 – Coordenação-Geral de Haveres Financeiros (COAFI)</p>
<b>Precatórios posteriores a 05/05/2000 (inclusive)</b>	<p>63110.00.00 RP Não Processados a Liquidar</p> <p>63130.00.00 RPNP Liquidados a Pagar</p> <p>63151.00.00 RPNP a Liquidar Bloqueados por Decreto</p> <p>63152.00.00 RPNP a Liquidar em Liquidação Bloqueado</p> <p>63120.00.00 RPNP a Liquidar em Liquidação</p> <p>63210.00.00 RP Processados a Pagar</p> <p>52211.01.01 Originário do OGU</p> <p>52211.02.01 Antecipação – LDO</p> <p>52211.02.09 Anulação da Antecipação – LDO</p> <p>52212.01.01 Originário do OGU</p> <p>52212.01.03 Originário do OGU – Suplementação Automática</p> <p>52212.02.01 Créditos Especiais Abertos</p> <p>52212.02.02 Créditos Especiais Reabertos</p> <p>52212.02.03 Créditos Especiais Reabertos – Suplementação</p> <p>52212.03.01 Créditos Extraordinários Abertos</p> <p>52212.03.02 Créditos Extraordinários Reabertos</p> <p>52212.03.03 Créditos Extraordinários Reabertos – Suplementação</p> <p>52219.01.00 Alteração do Quadro de Detalhamento das Despesas</p> <p>52219.02.00 Alteração da Lei Orçamentária</p> <p>52219.03.00 Dotação Transferida</p> <p>52219.04.00 Cancelamento de Dotações</p> <p>52219.01.01 Acréscimo</p> <p>52219.01.09 Redução</p> <p>52219.02.01 Acréscimo</p> <p>52219.02.09 Redução</p> <p>52219.03.01 Acréscimo</p> <p>52219.03.09 Redução</p> <p>-62213.03.00 Crédito Empenhado Liquidado e Pago</p> <p><b>Critérios</b></p> <p>Ação de Governo 0005 – "Cumprimento de Sentença Judicial Transitada em Julgado (Precatórios)".</p>
<b>Dívida Assumida pela União (Lei nº 8.727/93)</b>	<p>21891.26.00 Entidades Credoras – Federais</p>

	22891.16.00	Obrigações Junto a Entidades Federais
	22731.04.01	Instituições Financeiras
	<b>Critérios</b>	
	ISF Lançamento	P (Patrimonial)
	Unidade Gestora	170512 – "Coordenação–Geral de Haveres Financeiros (COAFI)"
<b>Passivos Reconhecidos por Insuficiência de Créditos/Recursos</b>		
	21311.04.00	Contas a Pagar Credores Nacionais
	21314.04.00	Contas a Pagar Credores Nacionais – Inter Estados
	21315.04.00	Contas a Pagar Credores Nacionais – Inter Municípios
	21121.01.00	Benefícios Previdenciários
	21141.98.00	Outros Encargos Sociais
	21144.98.00	Outros Encargos Sociais – Inter Estados
	21145.98.00	Outros Encargos Sociais – Inter Municípios
	21111.01.01	Salários, Remunerações e Benefícios
	22311.01.00	Fornecedores Nacionais
	21411.99.00	Outros Tributos e Contribuições
	<b>Critérios</b>	
	ISF Lançamento	P (Patrimonial)
<b>DEDUÇÕES</b>		
<b>Ativo Disponível</b>		
<b>Depósitos do TN no BCB</b>		
	11111.02.XX	Conta Única – Subconta do Tesouro Nacional
	11111.03.XX	Conta Única – Subconta Fundo do RGPS
	11111.04.XX	Conta Única – Subconta Dívida Pública
<b>Depósitos à Vista</b>		
	11111.19.00	Bancos Conta Movimento – Demais Contas
	11121.02.00	Bancos Conta Movimento – Bancos Oficiais no Exterior
	11121.03.00	Bancos Conta Movimento – Bancos Locais no Exterior
	11121.50.00	Aplicações Financeiras de Liquidez Imediata – Moeda Estrangeira
	11121.52.00	Aplicações em Depósitos Realizáveis de Curtíssimo Prazo
	<b>Critérios</b>	
	Órgão	EXCETO 25901 – "Fundo de Compensação e Variações Salariais (FCVS)"
	Unidade Gestora	EXCETO 380916 – "Coordenação–Geral de Recursos do FAT/MTE".
<b>Arrecadação a Recolher</b>		Os valores correspondem às conciliações das entradas na conta única no dia útil posterior ao encerramento do quadrimestre, separados em: Arrecadação IN–SRF 80/89, Outros e Pendência a Identificar.
<b>Haveres Financeiros</b>		
<b>Aplicações Financeiras</b>		
<b>Disponibilidades do FAT</b>		
	11121.XX.XX	Caixa e Equivalentes em Moedas Estrangeiras
	11111.19.XX	Bancos Conta Movimento – Demais Contas
	11111.50.09	Fundo de Aplicação Extramercado – FAT/FUNCAF/FNDE
	11111.50.11	Aplic Finan Liquidez Imediata Recursos CTU
	11241.01.XX	Empréstimos Concedidos a Receber
	11241.03.XX	Operações Especiais
	11351.07.XX	Depósitos Especiais
	11351.11.XX	Depósitos Especiais no FAT no Banco do Brasil
	11351.12.XX	Depósitos Especiais no FAT no Banco do Nordeste
	11351.13.XX	Depósitos Especiais no FAT no BNDES
	11351.14.XX	Depósitos Especiais no FAT na Caixa Econômica
	11351.15.XX	Depósitos Especiais no FAT na FINEP
	11351.16.XX	Depósitos Especiais no FAT no Banco da Amazônia
	11354.07.XX	Depósitos Especiais – Estados
	11355.07.XX	Depósitos Especiais – Municípios
	12111.03.XX	Empréstimos e Financiamentos Concedidos
	12121.05.XX	Crédito por Dano ao Patrimônio – Decisão do TCU
	12114.03.XX	Empréstimos e Financiamentos Concedidos – Estados
	12115.03.XX	Empréstimos e Financiamentos Concedidos – Municípios

	<b>Critérios</b> Unidade Gestora	380916 – "Coordenação–Geral de Recursos do FAT/MTE".
<b>Aplicações de Fundos Diversos Junto ao Setor Privado</b>	23XXX.XX.XX	Patrimônio Líquido
	11121.51.00	Aplicações Financeiras – Fechamento de Câmbio
	–11111.02.XX	Conta Única – Subconta do Tesouro Nacional
	–11111.03.XX	Conta Única – Subconta Fundo do RGPS
	–11111.04.XX	Conta Única – Subconta Dívida Pública
	–11121.02.00	Bancos Conta Movimento – Bancos Oficiais Exterior
	–11121.03.00	Bancos Conta Movimento – Bancos Locais Exterior
	–11121.50.00	Aplicação Financeira Liquidez Imediata – Moeda Estrangeira
	–11121.52.00	Aplicação em Depósitos Realizáveis – Curtíssimo Prazo
	–11111.19.XX	Bancos Conta Movimento – Demais Contas (para todas as UGs com exceção da 380916)
	–122XX.XX.XX	Investimentos
	–123XX.XX.XX	Imobilizado
	–124XX.XX.XX	Intangível
	–125XX.XX.XX	Diferido
	11121.51.00	Aplicações Financeiras – Fechamento de Câmbio
	<b>Critérios</b>	
	Tipo de Administração	07 – "Fundos"
	Órgão	EXCETO 37904 – "Fundo do Regime Geral da Previdência Social" e 25915 – "Fundo Constitucional do Distrito Federal"
	Se exclui a Disponibilidade do FAT das contas 23XXX.XX.XX para se chegar às Aplicações de Fundos Diversos Junto ao Setor Privado.	
<b>Recursos da Reserva Monetária</b>	Sem informação no SIAFI.	
<b>Renegociação de Dívidas de Entes da Federação</b>		
<b>Dívida Renegociada Estados e Municípios (Lei nº 9.496/97 e MP nº 2.185/01)</b>	11241.01.00	Empréstimos Concedidos a Receber
	11241.04.01	Encargos sobre Empréstimos Concedidos a Receber – Exceto FAT
	11241.06.00	Resíduo de Empréstimos Concedidos
	11244.01.00	Empréstimos Concedidos a Receber – Inter Estados
	11244.04.01	Encargos sobre Empréstimos Concedidos a Receber – Inter Estados
	11244.06.00	Resíduo de Empréstimos Concedidos – Inter Estados
	11245.01.00	Empréstimos Concedidos a Receber – Inter Municípios
	11245.04.01	Encargos sobre Empréstimos Concedidos a Receber – Inter Municípios
	11245.06.00	Resíduo de Empréstimos Concedidos – Inter Municípios
	12111.03.01	Empréstimos Concedidos a Receber
	12111.03.18	Resíduo de Empréstimos Concedidos
	12114.03.01	Empréstimos Concedidos a Receber – Estados
	12114.03.18	Resíduo de Empréstimos Concedidos – Estados
	12115.03.01	Empréstimos Concedidos a Receber – Municípios
	12115.03.18	Resíduo de Empréstimos Concedidos – Municípios
	12121.98.18	Créditos Sub-Rogados
	12124.98.18	Créditos Sub-Rogados – Estados
	11381.42.00	Créditos Sub-Rogados
	11384.42.00	Créditos Sub-Rogados – Estados
	11385.42.00	Créditos Sub-Rogados – Município
	<b>Critérios</b>	
	Unidade Gestora	170512 – "Coordenação–Geral de Haveres Financeiros (COAFI)".
	Apenas os saldos identificados em nível de conta corrente relacionados à Lei nº 9.496/1997 e à MP nº 2.185/2001. Identificados pela Entidade no Conta Corrente: PF1705524 (Lei 9.496/97 (G1)); PF1705520 (Lei 9.496/97 (G3)); PF1705546 (Lei 9.496/97 – Resíduo (G1)); PF1705547 (Lei 9.496/97 – Resíduo (G2)); PF1705548 (Lei 9.496/97 – Resíduo (G3)); PF1705406 (MP 2.185/2001 (G3)); PF1705525 (MP 2.185/2001 (G1)); PF1705529 (MP 2.185/2001 (G2)); PF1705544 (MP 2.185/2001 – Resíduo (G2)); PF1705545 (MP 2.185/2001 – Resíduo (G3)); PF1705528 (Lei 9.496/97 (G2)); e TODAS com os termos "9.496/97" e "2.185/2001".	
<b>Créditos da Lei nº 8.727/93</b>	11241.01.00	Empréstimos Concedidos a Receber
	11241.04.01	Encargos sobre Empréstimos Concedidos a Receber – Exceto FAT

	11241.06.00 Resíduo de Empréstimos Concedidos 11244.01.00 Empréstimos Concedidos a Receber – Inter Estados 11244.04.00 Encargos sobre Empréstimos Concedidos a Receber – Inter Estados 11244.06.00 Resíduo de Empréstimos Concedidos – Inter Estados 11245.01.00 Empréstimos Concedidos a Receber – Inter Municípios 11245.04.01 Encargos sobre Empréstimos Concedidos a Receber – Inter Municípios 11245.06.00 Resíduo de Empréstimos Concedidos – Inter Municípios 12111.03.01 Empréstimos Concedidos a Receber 12111.03.18 Resíduo de Empréstimos Concedidos 12114.03.01 Empréstimos Concedidos a Receber – Estados 12114.03.18 Resíduo de Empréstimos Concedidos – Estados 12115.03.01 Empréstimos Concedidos a Receber – Municípios 12115.03.18 Resíduo de Empréstimos Concedidos – Municípios 12121.98.18 Créditos Sub-Rogados 12124.98.18 Créditos Sub-Rogados – Estados 11381.42.00 Créditos Sub-Rogados 11384.42.00 Créditos Sub-Rogados – Estados 11385.42.00 Créditos Sub-Rogados – Município
	<b>Critérios</b> Unidade Gestora 170512 – "Coordenação–Geral de Haveres Financeiros (COAFI)". Apenas os saldos identificados em nível de conta corrente relacionados à Lei nº 8.727/1993. Identificados pela Entidade no Conta Corrente: PF 1705109 (Lei 8.727/93 (G3)); TN0000016 (Lei 8.727/93 - CRC); TN0000017 (Lei 8.727/93 - Banco do Brasil - Demais Credores); PF1705109 (Lei 8.727/93); PF 1705536 (Lei 8.727/93 (G2)); e TODAS com o termo "8.727/93" na descrição.
<b>Dívida Externa Renegociada (Aviso MF nº 30 e outros)</b>	11241.01.00 Empréstimos Concedidos a Receber 11241.04.01 Encargos sobre Empréstimos Concedidos a Receber – Exceto FAT 11241.06.00 Resíduo de Empréstimos Concedidos 11244.01.00 Empréstimos Concedidos a Receber – Inter Estados 11244.04.01 Encargos sobre Empréstimos Concedidos a Receber – Inter Estados 11244.06.00 Resíduo de Empréstimos Concedidos – Inter Estados 11245.01.00 Empréstimos Concedidos a Receber – Inter Municípios 11245.04.01 Encargos sobre Empréstimos Concedidos a Receber – Inter Municípios 11245.06.00 Resíduo de Empréstimos Concedidos – Inter Municípios 12111.03.01 Empréstimos Concedidos a Receber 12111.03.18 Resíduo de Empréstimos Concedidos 12114.03.01 Empréstimos Concedidos a Receber – Estados 12114.03.18 Resíduo de Empréstimos Concedidos – Estados 12115.03.01 Empréstimos Concedidos a Receber – Municípios 12115.03.18 Resíduo de Empréstimos Concedidos – Municípios 12121.98.18 Créditos Sub-Rogados 12124.98.18 Créditos Sub-Rogados – Estados 11381.42.00 Créditos Sub-Rogados 11384.42.00 Créditos Sub-Rogados – Estados 11385.42.00 Créditos Sub-Rogados – Município
	<b>Critérios</b> Unidade Gestora 170512 – "Coordenação–Geral de Haveres Financeiros (COAFI)". Apenas os saldos identificados em nível de conta corrente relacionados à Dívida Externa Renegociada (Aviso MF nº 30 e outros). Identificados pela Entidade no Conta Corrente que contenham os seguintes termos: PF1705104; PF1705117; PF1705521; PF1705534; PF1705116; PF1705531; PF1705532; PF1705113; PF1701536; PF1705520; PF1705533; PF1705464; PF1705534; PF1705119; BIB; PF1705114; MF 030; FRANÇA; EXTER; FRANCA; DMLP; PF1705384.
<b>Demais Dívidas Renegociadas</b>	11241.01.00 Empréstimos Concedidos a Receber 11241.04.01 Encargos sobre Empréstimos Concedidos a Receber – Exceto FAT 11241.06.00 Resíduo de Empréstimos Concedidos 11244.01.00 Empréstimos Concedidos a Receber – Inter Estados 11244.04.00 Encargos sobre Empréstimos Concedidos a Receber – Inter Estados 11244.06.00 Resíduo de Empréstimos Concedidos – Inter Estados

	<p>11245.01.00 Empréstimos Concedidos a Receber – Inter Municípios  11245.04.01 Encargos sobre Empréstimos Concedidos a Receber – Inter Municípios  11245.06.00 Resíduo de Empréstimos Concedidos – Inter Municípios  12111.03.01 Empréstimos Concedidos a Receber  12111.03.18 Resíduo de Empréstimos Concedidos  12114.03.01 Empréstimos Concedidos a Receber – Estados  12114.03.18 Resíduo de Empréstimos Concedidos – Estados  12115.03.01 Empréstimos Concedidos a Receber – Municípios  12115.03.18 Resíduo de Empréstimos Concedidos – Municípios  12121.98.18 Créditos Sub-Rogados  12124.98.18 Créditos Sub-Rogados – Estados  11381.42.00 Créditos Sub-Rogados  11384.42.00 Créditos Sub-Rogados – Estados  11385.42.00 Créditos Sub-Rogados – Município</p> <p><b>Critérios</b>  Unidade Gestora 170512 – "Coordenação-Geral de Haveres Financeiros (COAFI)".  Demais valores não identificados em nível de conta corrente como relacionados às outras rubricas.</p>
<b>Ajustes para Perdas</b>	<p>12111.99.02 Ajuste para Perda de Crédito com Liquidação Duvidosa  12114.99.04 Ajuste para Perdas de Empréstimos/Financiamentos Concedidos  12115.99.04 Ajuste para Perdas de Empréstimos/Financiamentos Concedidos  12125.99.03 <b>Ajuste de Perdas de Outros Créditos</b>  11294.04.01 Perda Estimada em Empréstimos Concedidos  11295.04.01 Perda Estimada em Empréstimos Concedidos  12124.99.03 <b>Ajuste de Perdas de Outros Créditos</b>  12111.99.04 Ajuste para Perdas de Empréstimos/Financiamentos Concedidos</p> <p><b>Critérios</b>  Unidade Gestora 170512 – "Coordenação-Geral de Haveres Financeiros (COAFI)".  Demais valores não identificados em nível de conta corrente como relacionados às outras rubricas.</p>
<b>Demais Ativos Financeiros</b>	
<b>Haveres Externos (Garantias)</b>	Sem informação.
<b>Outros Créditos Bancários</b>	<p>11241.01.00 Empréstimos Concedidos a Receber  11241.03.01 Créditos de Operações Especiais a Receber  11244.03.01 Créditos de Operações Especiais a Receber – Inter Estados  11245.03.01 Créditos de Operações Especiais a Receber – Inter Municípios  11241.03.03 Operações Especiais Securitizadas  11244.03.03 Operações Especiais Securitizadas – Inter Estados  11241.13.00 <b>Outras Operações Especiais Securitizadas</b>  11245.03.03 Operações Especiais Securitizadas – Inter Municípios  12111.03.01 Empréstimos Concedidos a Receber  12111.03.08 Financiamentos Concedidos a Receber – Exceto FAT  12111.03.14 Créditos de Operações Especiais a Receber  12114.03.01 Empréstimos Concedidos a Receber – Estados  12114.03.08 Financiamentos Concedidos a Receber – Exceto FAT – Estados  12115.03.01 Empréstimos Concedidos a Receber – Municípios  12115.03.08 Financiamentos Concedidos a Receber – Exceto FAT – Municípios</p> <p><b>Critérios</b>  Unidade Gestora 170705 – "Coordenação-Geral de Fundos e Operações Fiscais (COFIS)"  Unidade Gestora 170526 – "COFIS – Projeto Bird"  Unidade Gestora 170700 – "Coordenação-Geral de Controle e Execução de Operações Fiscais"</p>
<b>Ajustes para Perdas (Outros Créditos Bancários)</b>	<p>11291.04.01 Ajuste de Perdas  12111.99.04 *Ajuste de Perdas – Empréstimos e Financiamentos Concedidos  12111.99.07 *Ajuste de Perdas – em Operações Especiais</p> <p><b>Critérios</b>  Unidade Gestora 170705 – "Coordenação-Geral de Fundos e Operações Fiscais (COFIS)"</p>

	Unidade Gestora	170526 – “COFIS – Projeto Bird”
	Unidade Gestora	170700 – “Coordenação–Geral de Controle e Execução de Operações Fiscais”
(-) Restos a Pagar Processados	62292.01.03	Empenhos Liquidados a Pagar
	63130.00.00	RPNP Liquidados a Pagar
	63210.00.00	RP Processados a Pagar
	62292.01.07	Empenhos Liquidados a Pagar Inscritos em RPP
	<b>Critérios</b>	
	Ação de Governo	EXCETO 0005 – “Cumprimento de Sentença Judicial Transitada em Julgado (Precatórios)”.
	62292.01.02	Empenhos em Liquidação
	62292.01.06	Empenhos em Liquidação Inscritos em RPNP
	63120.00.00	RP Não Processados a Liquidar em Liquidação
	<b>Critérios</b>	
	Unidade Gestora	EXCETO 170600 – Coordenação–Geral de Controle da Dívida Pública

**3) DEMONSTRATIVO DAS GARANTIAS E CONTRAGARANTIAS DE VALORES – ANEXO 3 – LRF, ART. 55, INCISO I, ALÍNEA “C” E ART. 40, § 1º, com metodologia elaborada pela Coordenação–Geral de Controle da Dívida Pública, conforme a Nota Técnica SEI nº 2181/2021/ME, de 18 de janeiro de 2021, relativa ao Demonstrativo das Garantias e Contragarantias da União – Relatório de Gestão Fiscal – 3º Quadrimestre de 2020.**

1. A presente nota trata do Demonstrativo das Garantias e Contragarantias de Valores, parte integrante do Relatório de Gestão Fiscal, previsto na Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, a ser emitido ao final de cada quadrimestre.

2. Com vistas à publicação do Relatório de Gestão Fiscal referente ao 3º quadrimestre de 2020, encontra-se, no Anexo I, o Demonstrativo das Garantias e Contragarantias de Valores, em operações de crédito de entes subnacionais, com garantia da União. O quadro, que consolida as informações atinentes a garantias e contragarantias registradas no Sistema Integrado de Administração Financeira — SIAFI, foi elaborado de acordo com as definições e a metodologia descritas no Manual de Demonstrativos Fiscais, 8ª edição, aprovado pela Portaria STN nº 495, de 2017.

RGF - ANEXO 3 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "c" e art. 40, § 1º)

R\$ Milhares

GARANTIAS CONCEDIDAS	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDOS DO EXERCÍCIO DE 2020		
		Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre	Até o 3º Quadrimestre
AOS ESTADOS (I)	200.463.489,51	245.203.855,35	245.260.076,58	232.516.841,61
Em Operações de Crédito Externas	109.558.277,37	144.624.533,28	144.942.360,33	135.180.751,04
Em Operações de Crédito Internas	90.905.212,14	100.579.322,07	100.317.716,25	97.336.090,57
AOS MUNICÍPIOS (II)	19.455.576,56	25.232.311,84	26.350.848,32	26.854.686,34
Em Operações de Crédito Externas	14.615.815,69	20.037.114,82	20.544.535,88	19.961.584,70
Em Operações de Crédito Internas	4.839.760,87	5.195.197,02	5.806.312,44	6.893.101,65
ÀS ESTATAIS FEDERAIS (III)	28.201.638,03	31.881.700,40	29.441.940,40	27.079.585,61
Em Operações de Crédito Externas	14.673.081,24	19.068.133,57	19.012.396,41	17.245.751,83
Em Operações de Crédito Internas	13.528.556,79	12.813.566,83	10.429.543,98	9.833.833,78
ÀS ENTIDADES CONTROLADAS (IV)	7.710.735,13	10.099.585,56	10.079.316,07	9.546.262,08
Em Operações de Crédito Externas	7.710.735,13	10.099.585,56	10.079.316,07	9.546.262,08
Em Operações de Crédito Internas	-	-	-	-
<b>TOTAL GARANTIAS CONCEDIDAS A OPERAÇÕES DE CRÉDITO (V) = (I + II + III + IV)</b>	<b>255.831.439,23</b>	<b>312.417.453,15</b>	<b>311.132.181,36</b>	<b>295.997.375,65</b>
CONTRAGARANTIAS RECEBIDAS	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDOS DO EXERCÍCIO DE 2020		
		Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre	Até o 3º Quadrimestre
DOS ESTADOS (VI)	200.463.489,51	245.203.855,35	245.260.076,58	232.516.841,61
Em Garantia às operações de Crédito Externas	109.558.277,37	144.624.533,28	144.942.360,33	135.180.751,04

Em Garantia às operações de Crédito Internas DOS MUNICÍPIOS (VII)	90.905.212,14	100.579.322,07	100.317.716,25	97.336.090,57
Em Garantia às operações de Crédito Externas	19.455.576,56	25.232.311,84	26.350.848,32	26.854.686,34
Em Garantia às operações de Crédito Internas DAS ESTATAIS FEDERAIS (VIII)	14.615.815,69	20.037.114,82	20.544.535,88	19.961.584,70
Em Garantia às operações de Crédito Externas	4.839.760,87	5.195.197,02	5.806.312,44	6.893.101,65
Em Garantia às operações de Crédito Internas	7.839.614,31	7.821.867,80	7.482.740,21	6.862.328,02
Em Garantia às operações de Crédito Externas	1.460.878,82	1.843.804,34	1.855.962,50	1.638.501,29
Em Garantia às operações de Crédito Internas DAS ENTIDADES CONTROLADAS (IX)	6.378.735,50	5.978.063,46	5.626.777,71	5.223.826,73
Em Garantia às operações de Crédito Externas	7.710.735,13	10.099.585,56	10.079.316,07	9.546.262,08
Em Garantia às operações de Crédito Internas	7.710.735,13	10.099.585,56	10.079.316,07	9.546.262,08
Em Garantia às operações de Crédito Internas	-	-	-	-
<b>TOTAL CONTRAGARANTIAS RECEBIDAS (X) = (VI + VII + VIII + IX)</b>	<b>235.469.415,51</b>	<b>288.357.620,56</b>	<b>289.172.981,18</b>	<b>275.780.118,06</b>

3. Além do Manual de Demonstrativos Fiscais, foram seguidas as determinações contidas no art. 4º, inciso II, da Instrução Normativa nº 59, aprovada pelo TCU em 12/08/2009. Nesse sentido, conforme segue abaixo, são apresentados, nos anexos a esta Nota, a relação de novos contratos garantidos pela União em operações de crédito externo e o total honrado pela União em parcelas inadimplidas por entes subnacionais no âmbito de operações de crédito externas e internas garantidas, ocorridas no período de 01/01/2020 a 31/12/2020.

4. Os registros contábeis correspondentes às garantias concedidas pela União estão identificados no SIAFI, na gestão “Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social”, por meio dos seguintes grupos de contas contábeis:

- 8.1.2.1.1.01.04 para garantias concedidas em operações de crédito internas; e

- 8.1.2.1.1.02.04 para garantias concedidas em operações de crédito externas.

5. Por sua vez, a contabilização correspondente às contragarantias recebidas pela União está registrada na gestão “Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social”, de acordo com os seguintes grupos de contas contábeis:

- 8.1.1.1.1.03.04 para contragarantias recebidas referentes a operações de crédito internas; e

- 8.1.1.1.1.04.04 para contragarantias recebidas referentes a operações de crédito externas.

6. Seguindo o disposto no Manual de Demonstrativos Fiscais, a partir de 2018, os saldos de garantias e contragarantias em operações de crédito passaram a ser registrados seguindo classificação por tipo de mutuário (estados, municípios, estatais federais e entidades controladas) e tipo de dívida (externa ou interna). As contas de controle no SIAFI foram ajustadas de modo a atender a nova classificação, sem prejuízo dos valores apurados no fechamento do exercício anterior.

7. As taxas de câmbio utilizadas para apuração de valores em reais do saldo garantido pela União em operações de crédito em moeda estrangeira foram as de 31/12/2020 (PTAX de venda do fechamento).

8. Ao final do 3º quadrimestre de 2020, o saldo da dívida garantida em operações de crédito alcançou R\$ 295,99 bilhões. A dívida garantida em operações de crédito externas responde por R\$ 181,93 bilhões, equivalente a 61,46% do total. A dívida garantida em operações de crédito internas representa R\$ 114,06 bilhões, 38,54% do total.

9. Em comparação com o quadrimestre anterior, o saldo devedor das garantias em operações de crédito (Interna e Externa) apresentou uma redução no valor de R\$ 15,13 bilhões (-4,86%), conforme apresentado no Anexo I desta Nota.

10. Na apuração do saldo garantido em operações de crédito internas, verificou-se redução de R\$ 2,49 bilhões (-2,14%), em relação ao último quadrimestre. O saldo das garantias em operações de crédito externas sofreu redução de R\$ 12,64 bilhões (-6,5%) durante o 3º quadrimestre de 2020.

11. A diferença entre os saldos de garantias concedidas e de contragarantias recebidas pela União se deve a ocorrências de dispensa de contragarantia previstos nos normativos vigentes. É o caso das operações de empresas públicas, cujo capital pertence integralmente à União, conforme prevê o art. 40, parágrafo primeiro, da Lei de Responsabilidade Fiscal.

12. Assim, para a apuração do saldo de contragarantias referentes a operações de crédito garantidas pela União, deduziu-se do saldo garantido original o saldo referente àquelas operações de crédito enquadradas no caso de dispensa de contragarantias elencado acima.

13. Em atenção às determinações contidas no Acórdão nº 1.051/2007 do Tribunal de Contas da União — TCU, apresenta-se, no Anexo II, a tabela “Garantias Externas – Razões para Dispensa de Contragarantias”, atualizada de acordo com padrão fixado pelo TCU. No mesmo anexo, são listados os casos de dispensa de contragarantias em operações de crédito internas.

Nota Técnica SEI nº 38193/2020/ME, Anexo 2

					Em R\$ 1,00		
DISPENSA DE CONTRAGARANTIA DE CONTRATOS EXTERNOS	Data de assinatura	Moeda de Origem	Valor Contratado de Origem	SD Exercício Anterior	1º Quadrimestre	2º Quadrimestre	3º Quadrimestre
<b>Externa</b>				<b>13.212.202.420,93</b>	<b>17.224.329.229,92</b>	<b>17.156.433.911,23</b>	<b>15.607.250.537,80</b>
<b>CONTRATOS SOB A VIGÊNCIA DA LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL (LRF) - LC Nº 101, DE 04.05.2000</b>				<b>13.212.202.420,93</b>	<b>17.224.329.229,92</b>	<b>17.156.433.911,23</b>	<b>15.607.250.537,80</b>
Obrigação de vincular contragarantias com dispensa para entidades do próprio Ente							
BID1608/OC-BR	23/09/05	USD	1.000.000.000,00	1.511.512.500,00	1.865.531.250,00	1.880.759.375,00	1.623.968.750,00
BID1860/OC-BR	19/10/07	USD	1.000.000.000,00	2.015.350.000,00	2.543.906.250,00	2.564.671.875,00	2.273.556.250,00
BID2023/OC-BR	19/03/09	USD	1.000.000.000,00	2.393.228.125,00	3.052.687.500,00	3.077.606.250,00	2.760.746.875,00
BID2236/OC-BR	13/12/10	USD	1.000.000.000,00	2.771.106.250,00	3.731.062.500,00	3.590.540.625,00	3.247.937.500,00
BID3866/OC-BR	10/11/17	USD	750.000.000,00	3.023.025.000,00	4.070.250.000,00	4.103.475.000,00	3.897.525.000,00
BID4358/OC-BR	01/08/18	USD	600.000.000,00	1.341.498.112,26	1.806.214.864,72	1.820.958.796,64	1.729.566.387,97
BIRD7964-BR	05/12/11	USD	50.000.000,00	61.602.161,35	80.249.436,81	80.904.504,08	73.949.774,83
JBIC 042889 - BNDES - MCPHII	12/07/02	JPY	45.000.000.000,00	39.602.101,02	0	0	0
NIB PIL-3497/404242	09/11/05	USD	60.000.000,00	23.032.571,29	31.011.428,39	15.632.285,51	0,00
NIB PIL-4857/413383	13/10/10	USD	60.000.000,00	32.245.600,00	43.416.000,00	21.885.200,00	0,00
<b>Interna</b>				<b>7.149.821.295,99</b>	<b>6.835.503.367,81</b>	<b>4.802.766.275,22</b>	<b>4.610.007.046,96</b>
<b>CONTRATOS SOB A VIGÊNCIA DA LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL (LRF) - LC Nº 101, DE 04.05.2000</b>				<b>7.149.821.295,99</b>	<b>6.835.503.367,81</b>	<b>4.802.766.275,22</b>	<b>4.610.007.046,96</b>
Obrigação de vincular contragarantias com dispensa para entidades do próprio Ente							
BNDES - 2010578	14/04/10	BRL	5.916.460.013,00	2.664.843.431,45	2.488.555.255,57	2.355.485.795,08	2.222.416.334,58
BNDES - 2010589	30/11/10	BRL	3.468.868.873,04	2.566.660.015,66	2.506.970.247,90	2.447.280.480,14	2.387.590.712,38
BNDES - 2014016	16/12/14	BRL	2.000.057.050,30	1.918.317.848,88	1.839.977.864,34	0	0
<b>TOTAL INTERNA E EXTERNA</b>				<b>20.362.023.716,92</b>	<b>24.059.832.597,73</b>	<b>21.959.200.186,45</b>	<b>20.217.257.584,76</b>

14. A Instrução Normativa nº 59 do TCU, aprovada em 12/8/2009, determina a divulgação de todas as operações de crédito externas, com garantia da União, contratadas ao longo do período de referência do Relatório de Gestão Fiscal. As operações de crédito externas, garantidas pela União, contratadas ao longo de 2020 são elencadas no Anexo III.

Fonte: PGFN-COF

ANO	CONTRATO	CREDOR	MUTUÁRIO	DATA DE ASSINATURA	MOEDA DE ORIGEM	VALOR	DESCRIÇÃO
-----	----------	--------	----------	--------------------	-----------------	-------	-----------

2020	Fonplata BRA-23/2019	FONPLATA	Prefeitura de Ponta Porã/MS	22/01/20	USD	25.000.000,00	Programa de Desenvolvimento da Faixa de Fronteira na Cidade de Ponta Porã/MS
2020	Fonplata BRA-17/2017	FONPLATA	Prefeitura de Criciúma/SC	13/02/20	USD	17.250.000,00	Projeto de Transporte e Mobilidade Urbana
2020	BID4632/OC-BR	BID	Governo do Paraná	16/04/20	USD	118.370.000,00	Programa de Apoio ao Desenvolvimento Urbano e Melhorias de Infraestrutura Municipal
2020	CFA011220 - CFA011218	CAF	Governo de Alagoas	06/05/20	USD	136.230.000,00	Programa Estrutura Alagoas. Lei nº 7.903, de 21/07/2017 e alterações
2020	BID4691/OC-BR	BID	Banco do Brasil	27/05/20	USD	600.000.000,00	Programa de Eficiência Municipal
2020	AFD CBR 1070 01K	AFD	Prefeitura de Curitiba/PR	26/08/20	EUR	38.141.124,00	Projeto Gestão de Risco Climático Bairro Novo do Caximba - Curitiba - PR
2020	Fonplata BRA-25/2020	FONPLATA	Prefeitura de São Gonçalo do Amarante/RN	26/08/20	USD	34.000.000,00	Programa de Ações Estruturantes - PAES. Lei Complementar do Município nº 89, de 23/08/2019, e alterações
2020	CFA011295 - CFA011297	CAF	Prefeitura de São Bernardo do Campo/SP	03/09/20	USD	80.000.000,00	Programa de Recuperação e Ordenamento Sócio Ambiental de Bairros - PROSABs. Lei nº 6.733, de 06/12/2018
2020	CFA011299 - CFA011300	CAF	Prefeitura de Mogi das Cruzes/SP	10/09/20	USD	69.439.000,00	Programa Mais Mogi Ecotietê. Lei nº 7.563, de 06/02/2020
2020	BID4951/OC-BR	BID	Governo do Paraná	30/09/20	USD	50.000.000,00	PROFISCO II - Projeto de Modernização da Gestão Fiscal
2020	CFA011318 - CFA011320	CAF	Prefeitura de Guarulhos/SP	08/10/20	USD	96.000.000,00	Programa de Macrodrenagem e Controle de Cheias do Rio Baquirivu-Guaçu em Guarulhos
2020	BID4917-OCBR	BID	Prefeitura de Parauapebas/PA	29/10/20	USD	70.000.000,00	Saneamento Ambiental, Macrodrenagem e Recuperação Margens do Rio Parauapebas
2020	BID4740/OC-BR	BID	Governo da Paraíba	20/11/20	USD	45.197.310,00	Fortalecimento do Modelo de Atenção da Rede de Saúde
2020	BID4958/OC-BR	BID	Prefeitura de Curitiba/PR	27/11/20	USD	106.700.000,00	Mobilidade Sustentável - Aumento Capacidade e Velocidade Linha Direta Inter 2
2020	BIRD8931-BR	BIRD	Governo da Paraíba	01/12/20	USD	126.886.000,00	Projeto de Segurança Hídrica
2020	BID4961/OC-BR	BID	Governo do Rio Grande do Sul/RS	07/12/20	USD	60.000.000,00	Profisco II - Modernização da Gestão Fiscal do RS
2020	BID4672/OC-BR	BID	BNDES	11/12/20	USD	750.000.000,00	2º CCLIP - MPMES

15. Conforme estabelecido no art. 4º, inciso II, alínea b, da Instrução Normativa nº 59 do TCU, aprovada em 12/8/2009, informamos que, no período de referência deste Relatório de Gestão Fiscal, a União realizou pagamentos referentes a honras de garantias concedidas em operações de crédito externas e internas, cujos montantes estão relacionados no Anexo IV desta Nota.

Mutuário	Em milhões de R\$					
	2016	2017	2018	2019	2020	Total
<b>Estados</b>	<b>2.361,87</b>	<b>4.031,34</b>	<b>4.805,60</b>	<b>8.350,24</b>	<b>13.265,20</b>	<b>32.814,24</b>
Rio de Janeiro	2.227,32	3.989,45	4.027,89	4.042,60	8.250,81	22.538,07
Mato Grosso	107,13	-	-	-	-	107,13
Roraima	27,42	41,89	64,00	-	2,27	135,58
Goiás	-	-	33,59	770,15	553,18	1.356,92
Minas Gerais	-	-	553,15	3.307,90	3.175,94	7.036,99
Piauí	-	-	126,95	-	62,25	189,20
Amapá	-	-	-	90,18	82,26	172,44
Rio Grande do Norte	-	-	-	139,41	148,28	287,69
Bahia	-	-	-	-	239,80	239,80
Pernambuco	-	-	-	-	354,85	354,85
Mato Grosso do Sul	-	-	-	-	25,60	25,60

Paraíba	-	-	-	-	0,65	0,65
São Paulo	-	-	-	-	0,29	0,29
Tocantins	-	-	-	-	88,86	88,86
Maranhão	-	-	-	-	280,16	280,16
<b>Municípios</b>	<b>15,81</b>	<b>28,49</b>	<b>17,49</b>	<b>3,43</b>	<b>66,23</b>	<b>131,45</b>
Natal - RN	10,93	28,49	17,49	-	4,50	61,41
Chapecó-SC	2,27	-	-	-	3,76	6,03
Cachoeirinha -RS	1,45	-	-	1,83	2,54	5,82
Belford Roxo-RJ	1,17	-	-	1,59	3,60	6,37
Novo Hamburgo - RS	-	-	-	-	8,10	8,10
Goiânia - GO	-	-	-	-	11,95	11,95
Rio Grande - RS	-	-	-	-	1,68	1,68
São Bernardo do Campo - SP	-	-	-	-	30,10	30,10
<b>Total Geral</b>	<b>2.377,68</b>	<b>4.059,83</b>	<b>4.823,09</b>	<b>8.353,67</b>	<b>13.331,43</b>	<b>32.945,69</b>

16. Feitas tais considerações, sugerimos o encaminhamento da presente Nota e anexos para providências da Coordenação-Geral de Contabilidade — CCONT.

Os valores aqui diferem do Anexo 3 publicado neste Relatório, porque não estão computados os valores de Garantias por meio de Fundos e Programas no anexo encaminhado pela Coordenação-Geral de Controle da Dívida (CODIV). Além disso, até recentemente, como foi o caso do exercício de 2018, aquela Coordenação-Geral agregava aos seus valores informações encaminhadas pelas entidades posteriormente ao fechamento do mês no SIAFI, diferindo deste demonstrativo, que leva em consideração exatamente os saldos no sistema até o fechamento do quadrimestre.

Os valores são verificados de forma independente pela Coordenação-Geral de Contabilidade Pública (CCONT), por meio do sistema Tesouro Gerencial, com base nos seguintes critérios:

- Gestão: Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social, exceto quando indicado de forma diferente no quadro abaixo;
- Definição dos itens integrantes da dívida consolidada:

GARANTIAS CONCEDIDAS		
<b>AOS ESTADOS (I)</b>	Soma das Operações Internas e Externas.	
<b>Em Operações de Crédito Externas</b>	Conta Contábil	81211.02.04 – Fianças a Executar
	Conta Corrente	CG0000069
<b>Em Operações de Crédito Internas</b>	Conta Contábil	81211.01.04 – Fianças a Executar
	Conta Corrente	CG0000064
<b>AOS MUNICÍPIOS (II)</b>	Soma das Operações Internas e Externas.	
<b>Em Operações de Crédito Externas</b>	Conta Contábil	81211.02.04 – Fianças a Executar
	Conta Corrente	CG0000070
<b>Em Operações de Crédito Internas</b>	Conta Contábil	81211.01.04 – Fianças a Executar
	Conta Corrente	CG0000065
<b>ÀS ENTIDADES CONTROLADAS (III)</b>	Soma das Operações Internas e Externas.	
<b>Em Operações de Crédito Externas</b>	Conta Contábil	81211.02.04 – Fianças a Executar
	Conta Corrente	CG0000071

		CG0000072
<b>Em Operações de Crédito Internas</b>	Conta Contábil	81211.01.04 – Fianças a Executar
	Conta Corrente	CG0000066
		CG0000067
<b>POR MEIO DE FUNDOS E PROGRAMAS (IV)</b>	Conta Contábil	81211.01.04 – Fianças a Executar
	Conta Corrente	CG0000068;CGFSCEIRB;CGLEI8036;CGPPRONAF;CGPRCACAU
	Conta Contábil	81211.01.10 – Seguros-Garantia a Executar
<b>TOTAL GARANTIAS CONCEDIDAS (V) = (I + II + III + IV)</b>		
<b>CONTRAGARANTIAS RECEBIDAS</b>		
<b>DOS ESTADOS (VII)</b>	Soma das Operações Internas e Externas.	
<b>Em Garantia às operações de Crédito Externas</b>	Conta Contábil	81111.04.04 – Contragarantias sobre Fianças Concedidas a Executar
	Conta Corrente	CG0000069
<b>Em Garantia às operações de Crédito Internas</b>	Conta Contábil	81111.03.04 – Contragarantias sobre Fianças Concedidas a Executar
	Conta Corrente	CG0000064
<b>DOS MUNICÍPIOS (VIII)</b>	Soma das Operações Internas e Externas.	
<b>Em Garantia às operações de Crédito Externas</b>	Conta Contábil	81111.04.04 – Contragarantias sobre Fianças Concedidas a Executar
	Conta Corrente	CG0000070
<b>Em Garantia às operações de Crédito Internas</b>	Conta Contábil	81111.03.04 – Contragarantias sobre Fianças Concedidas a Executar
	Conta Corrente	CG0000065
<b>DAS ENTIDADES CONTROLADAS (IX)</b>	Soma das Operações Internas e Externas.	
<b>Em Garantia às operações de Crédito Externas</b>	Conta Contábil	81111.04.04 – Contragarantias sobre Fianças Concedidas a Executar
	Conta Corrente	CG0000071
		CG0000072
<b>Em Garantia às operações de Crédito Internas</b>	Conta Contábil	81111.03.04 – Contragarantias sobre Fianças Concedidas a Executar
	Conta Corrente	CG0000066
		CG0000067
<b>EM GARANTIAS POR MEIO DE FUNDOS E PROGRAMAS (X)</b>	Conta Contábil	81111.03.04 – Contragarantias sobre Fianças Concedidas a Executar
	Conta Corrente	CG0000068;CGFSCEIRB;CGLEI8036;CGPPRONAF;CGPRCACAU
<b>TOTAL CONTRAGARANTIAS RECEBIDAS (XI) = (VII + VIII + IX + X)</b>		

#### 4) DEMONSTRATIVO DAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO – ANEXO 4 – LRF, ART. 55, INCISO I ALÍNEA “D” E INCISO III ALÍNEA “C”

- Gestão: Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social, exceto quando indicado de forma diferente no quadro abaixo;
- Definição dos itens integrantes da dívida consolidada:

<b>DEMONSTRATIVO DAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO</b>		
<b>OPERAÇÕES DE CRÉDITO (I)</b>	Soma das Operações Mobiliárias e Contratuais.	
<b>Mobiliária</b>	Soma das Operações Internas e Externas.	
<b>Interna</b>	Soma dos itens abaixo.	
<b>Refinanciamento</b>	62131.00.00	Restituições
	62132.00.00	Retificações
	62133.00.00	Compensações
	62134.00.00	Incentivos Fiscais

	62139.00.00	Outras Deduções da Receita Orçamentária
	62120.00.00	Receita Realizada
	<i>Critérios</i>	
	Natureza de Receita	Começa com: 2111002
	Natureza de Receita	Começa com: 8111002
<b>Assunção, Reconhecimento e Confissão de Dívidas (LRF, art. 29, § 1º)</b>	89611.03.09	Emissão Interna por Assunção de Dívidas – CP
	89611.03.10	Emissão Interna por Assunção de Dívidas – LP
<b>Outras Internas – Orçamentárias</b>	62131.00.00	Restituições
	62132.00.00	Retificações
	62133.00.00	Compensações
	62134.00.00	Incentivos Fiscais
	62139.00.00	Outras Deduções da Receita Orçamentária
	62120.00.00	Receita Realizada
	<i>Critérios</i>	
	Natureza de Receita	Começa com: 2111001
	Natureza de Receita	Começa com: 2111003
<b>Outras Internas – Extraorçamentárias</b>	Soma dos itens abaixo.	
<b>Aporte Bacen Lei nº 11.803/2008</b>	89611.03.03	Emissão Interna por Aporte ao BACEN – CP
	89611.03.04	Emissão Interna por Aporte ao BACEN – LP
<b>Aporte em Empresas</b>	89611.03.11	Emissão Interna por Aporte em Empresas – CP
	89611.03.12	Emissão Interna por Aporte em Empresas – LP
<b>Trocas e Demais Operações Internas</b>	89611.03.01	Emissão de Títulos de Curto Prazo – Mercado
	89611.03.02	Emissão de Títulos de Longo Prazo – Mercado
	89611.03.05	Emissão de Títulos de Curto Prazo – TDA
	89611.03.06	Emissão de Títulos de Longo Prazo – TDA
<b>Externa</b>	Soma dos itens abaixo.	
<b>Refinanciamento</b>	62131.00.00	Restituições
	62132.00.00	Retificações
	62133.00.00	Compensações
	62134.00.00	Incentivos Fiscais
	62139.00.00	Outras Deduções da Receita Orçamentária
	62120.00.00	Receita Realizada
	<i>Critérios</i>	
	Natureza de Receita	Começa com: 2121002
<b>Assunção, Reconhecimento e Confissão de Dívidas (LRF, art. 29, § 1º)</b>	Sem informação.	
<b>Outras Operações Mobiliárias Externas</b>	62131.00.00	Restituições
	62132.00.00	Retificações
	62133.00.00	Compensações
	62134.00.00	Incentivos Fiscais
	62139.00.00	Outras Deduções da Receita Orçamentária
	62120.00.00	Receita Realizada
	89611.03.07	Emissão de Títulos de Curto Prazo – Externo
	89611.03.08	Emissão de Títulos de Longo Prazo – Externo
	<i>Critérios</i>	
	(EXCETO para as contas contábeis de emissão de títulos)	
	Natureza de Receita	Começa com: 2121001
<b>Contratual</b>	Soma das Operações Internas e Externas.	

<b>Interna</b>	Soma dos itens abaixo.
<b>Abertura de Crédito</b>	62131.00.00 Restituições 62132.00.00 Retificações 62133.00.00 Compensações 62134.00.00 Incentivos Fiscais 62139.00.00 Outras Deduções da Receita Orçamentária 62120.00.00 Receita Realizada <i>Critérios</i> Natureza de Receita Começa com: 2112001
<b>Assunção, Reconhecimento e Confissão de Dívidas (LRF, art. 29, § 1º)</b>	Sem informação.
<b>Outras Operações Contratuais Internas</b>	212110398 Outros Contratos – Empréstimos Internos
<b>Externa</b>	Soma dos itens abaixo.
<b>Abertura de Crédito – Orçamentárias</b>	62131.00.00 Restituições 62132.00.00 Retificações 62133.00.00 Compensações 62134.00.00 Incentivos Fiscais 62139.00.00 Outras Deduções da Receita Orçamentária 62120.00.00 Receita Realizada <i>Critérios</i> Natureza de Receita Começa com: 2122001
<b>Abertura de Crédito – Extraorçamentárias</b>	Sem informação.
<b>Assunção, Reconhecimento e Confissão de Dívidas (LRF, art. 29, § 1º)</b>	Sem informação.
<b>Outras Operações Contratuais Externas</b>	62131.00.00 Restituições 62132.00.00 Retificações 62133.00.00 Compensações 62134.00.00 Incentivos Fiscais 62139.00.00 Outras Deduções da Receita Orçamentária 62120.00.00 Receita Realizada <i>Critérios</i> Natureza de Receita Começa com: 2119001 Natureza de Receita Começa com: 2129001
<b>RECEITA CORRENTE LÍQUIDA</b>	Informações obtidas no Anexo 3 do Relatório Resumido de Execução Orçamentária.
<b>OPERAÇÕES VEDADAS (II)</b>	Operações que devem ser levadas em consideração no cumprimento do limite.
<b>OUTRAS OPERAÇÕES DEDUZIDAS DO LIMITE (III)</b>	Soma dos itens abaixo.
<b>Amortização/Refinanciamento do Principal de Dívidas</b>	62131.00.00 Restituições 62132.00.00 Retificações 62133.00.00 Compensações 62134.00.00 Incentivos Fiscais 62139.00.00 Outras Deduções da Receita Orçamentária 62120.00.00 Receita Realizada <i>Critérios</i> Grupo de Despesa 6 (Amortização/Refinanciamento da Dívida)
<b>Concessão de Garantias</b>	Saldo de concessões de garantias no ano, obtido no Anexo 3 do Relatório de Gestão Fiscal.
<b>TOTAL CONSIDERADO PARA FINS DA APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE (IV) = (I) + (II) – (III)</b>	

**5) DEMONSTRATIVO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA E DOS RESTOS A PAGAR – ANEXO 5 – LRF, ART. 55**

– Gestão: Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social, exceto quando indicado de forma diferente no quadro abaixo; – Mês de referência: 14 (o código 14 indica exercício fechado no SIAFI); – Poder UG Executora: Executivo, exceto os Órgãos Ministério Público da União (34000) e Conselho Nacional do Ministério Público da União (59000); Composição das colunas do relatório:

<b>Metodologia das Colunas do Demonstrativo de Disponibilidade de Caixa e Restos a Pagar</b>			
<b>GRUPO DE DESTINAÇÃO DE RECURSOS</b>			
<b>DISPONIBILIDADE DE CAIXA BRUTA</b>		<b>(a)</b>	+ 1.1.1.0.0.00.00 (“Caixa e Equivalentes de Caixa”) com ISF (Indicador de Superávit Financeiro) igual a “F”. + Valor positivo da equação “8.2.2.2.4.01.01 (Restos a Pagar – Recursos a Receber – Autorizado – Inscrição) – 8.2.2.1.4.01.01 (Restos a Pagar – Recursos a Liberar – Autorizado – Inscrição)”, ou seja, o valor líquido dos recursos a receber para pagamento de restos a pagar. Caso a equação resulte em valor negativo, esse valor deve ser desconsiderado. + Valor positivo da equação “8.9.4.3.2.00.00 (Disponibilidade de Recursos por TED a Receber) – 8.9.4.3.1.00.00 (Disponibilidade de Recursos por TED a Liberar)”, ou seja, o valor líquido dos recursos a receber relacionados a TED. Caso a equação resulte em valor negativo, esse valor deve ser desconsiderado. (-) 2.1.8.9.2.40.01 - Recursos a Liberar Por Vinc de Pgto (cujos credores sejam órgãos do Poder Executivo) (-) 2.1.8.9.2.40.02 - Limite de Saque Recursos da Dívida Pública (cujos credores sejam órgãos do Poder Executivo)
<b>OBRIGAÇÕES FINANCEIRAS</b>	<b>Restos a Pagar Liquidados e Não Pagos</b>	<b>De Exercícios Anteriores</b>	<b>(b)</b> + 6.3.2.1.0.00.00 (Restos a Pagar Processados a Pagar); + 6.3.1.3.0.00.00 (Restos a Pagar Não Processados Liquidados a Pagar).
		<b>Do Exercício</b>	<b>(c)</b> + 6.3.2.7.0.00.00 (Restos a Pagar Processados Inscritos no Exercício).
	<b>Restos a Pagar Empenhados e Não Liquidados de Exercícios Anteriores</b>		<b>(d)</b> + 6.3.1.1.0.00.00 (Restos a Pagar Não Processados a Pagar); + 6.3.1.2.0.00.00 (Restos a Pagar Não Processados a Liquidar em Liquidação); + 6.3.1.5.1.00.00 (Restos a Pagar Não Processados a Liquidar Bloqueados por Decreto); + 6.3.1.5.2.00.00 (Restos a Pagar Não Processados a Liquidar em Liquidação Bloqueados).
	<b>Demais Obrigações Financeiras</b>		<b>(e)</b> + 2.0.0.0.0.00.00 com filtro “ISF Lançamento” igual a “F”; - 2.1.8.9.2.39.01 (Cota Recebida Diferida); - 2.1.8.9.2.39.02 (Repasse Recebido Diferido); - 2.1.8.9.2.39.03 (Sub-Repasse Recebido Diferido); - Colunas “b” e “c”; - 6.3.1.2.0.00.00 (Restos a Pagar Não Processados a Liquidar em Liquidação); - 6.3.1.5.2.00.00 (Restos a Pagar Não Processados a Liquidar em Liquidação Bloqueados); - 5.3.1.7.2.01.00 (Restos a Pagar Não Processados do Exercício em Liquidação); + Valor positivo da equação “8.2.2.1.4.01.01 (Restos a Pagar – Recursos a Liberar – Autorizado – Inscrição) – 8.2.2.2.4.01.01 (Restos a Pagar – Recursos a Receber – Autorizado – Inscrição)”. Caso a equação resulte em valor negativo, esse valor deve ser desconsiderado. + Valor positivo da equação “8.9.4.3.1.00.00 (Disponibilidade de Recursos por TED a Liberar) – 8.9.4.3.2.00.00 (Disponibilidade de Recursos por TED a Receber)”, ou seja, o valor líquido dos recursos a liberar relacionados a TED. Caso a equação resulte em valor negativo, esse valor deve ser desconsiderado. (-) 2.1.8.9.2.40.01 - Recursos a Liberar Por Vinc de Pgto (cujos credores sejam órgãos do Poder Executivo) (-) 2.1.8.9.2.40.02 - Limite de Saque Recursos da Dívida Pública (cujos credores sejam órgãos do Poder Executivo)
<b>DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS)</b>		<b>(f) = (a – (b + c + d + e))</b>	Para apurar a Disponibilidade de Caixa Líquida (Antes da Inscrição em RPMP do Exercício), subtraímos da coluna “a” (Disponibilidade de Caixa Bruta) a soma das colunas “b”, “c”, “d” e “e”.
<b>RESTOS A PAGAR EMPENHADOS E NÃO LIQUIDADOS DO EXERCÍCIO</b>			+ 5.3.1.7.1.01.00 (Restos a Pagar Não Processados do Exercício a Liquidar); + 5.3.1.7.2.01.00 (Restos a Pagar Não Processados do Exercício em Liquidação).
<b>EMPENHOS NÃO LIQUIDADOS CANCELADOS (NÃO INSCRITOS POR INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA)</b>			+ 6.3.1.9.1.00.00 (Cancelamento por Insuficiência de Recursos).

<b>Linhas Agregadas</b>	<b>Fonte de Recursos</b>		<b>Fonte Detalhe</b>
TOTAL DE RECURSOS NÃO VINCULADOS/ORDINÁRIOS	<b>00</b>	RECURSOS ORDINARIOS	
TOTAL DE RECURSOS NÃO VINCULADOS/ORDINÁRIOS	<b>29</b>	RECURSOS DE CONCESSOES E PERMISSOES	= 017001; 032281; 392070

TOTAL DE RECURSOS NÃO VINCULADOS/ORDINÁRIOS	78	FUNDO DE FISCALIZACAO DAS TELECOMUNICACOES	=	980000
TOTAL DE RECURSOS NÃO VINCULADOS/ORDINÁRIOS	86	OUTRAS RECEITAS VINCULADAS	=	711010; 980000
TOTAL DE RECURSOS NÃO VINCULADOS/ORDINÁRIOS	88	REMUNERACAO DAS DISPONIB. DO TESOURO NACIONAL		
TOTAL DE RECURSOS NÃO VINCULADOS/ORDINÁRIOS	97	DIVIDENDOS ± UNIAO		
TOTAL DE RECURSOS NÃO VINCULADOS/ORDINÁRIOS	98	DESVINCULACAO DE RECURSOS		
TOTAL DE RECURSOS NÃO VINCULADOS/ORDINÁRIOS	99	RECURSOS DO FUNDO DE ESTABILIZACAO FISCAL		
1. Recursos vinculados à Educação	12	DESTINADOS À MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO		
1. Recursos vinculados à Educação	13	CONTRIBUICAO DO SALARIO-EDUCACAO	EXCETO	150071
1. Recursos vinculados à Educação	36	RECURSOS VINCULADOS APLICADOS EM OUTRAS POLÍTICAS PÚBLICAS	=	261010
1. Recursos vinculados à Educação	42	COMPENS.FINANC.P/EXPL.DE PETR.OU GAS.NATURAL	=	261010
1. Recursos vinculados à Educação	86	OUTRAS RECEITAS VINCULADAS	=	261010
1. Recursos vinculados à Educação	93	PRODUTO DA APLIC.DOS REC.A CONTA DO SAL.EDUC.		
2. Recursos vinculados à Seguridade Social (exceto Previdência e FAT)	06	CONTR.FUNDO DE SAUDE POL.MIL.BOMBEIROS DO DF		
2. Recursos vinculados à Seguridade Social (exceto Previdência e FAT)	17	REC.ORIUNDOS CONTR.VOLUNTARIAS MONTEPIO CIVIL		
2. Recursos vinculados à Seguridade Social (exceto Previdência e FAT)	18	CONTRIBUICOES SOBRE CONCURSOS DE PROGNOSTICOS	=	033907;033908;033909;033911;110244
2. Recursos vinculados à Seguridade Social (exceto Previdência e FAT)	23	CONTRIBUICAO P/ CUSTEIO DE PENSOES MILITARES		
2. Recursos vinculados à Seguridade Social (exceto Previdência e FAT)	36	RECURSOS VINCULADOS APLICADOS EM OUTRAS POLÍTICAS PÚBLICAS	=	369010
2. Recursos vinculados à Seguridade Social (exceto Previdência e FAT)	39	ALIENACAO DE BENS APREENDIDOS	=	191372; 209262
2. Recursos vinculados à Seguridade Social (exceto Previdência e FAT)	42	COMPENS.FINANC.P/EXPL.DE PETR.OU GAS.NATURAL	=	369010
2. Recursos vinculados à Seguridade Social (exceto Previdência e FAT)	51	RECURSOS LIVRES DA SEGURIDADE SOCIAL		
2. Recursos vinculados à Seguridade Social (exceto Previdência e FAT)	53	REC.DEST.ÀS ATIVIDADES-FINS SEGURIDADE SOCIAL		
2. Recursos vinculados à Seguridade Social (exceto Previdência e FAT)	55	CONTRIB. PROVISORIA S/MOVIMENTACAO FINANCEIRA		
2. Recursos vinculados à Seguridade Social (exceto Previdência e FAT)	86	OUTRAS RECEITAS VINCULADAS	=	369010; 369011; 057202
2. Recursos vinculados à Seguridade Social (exceto Previdência e FAT)	94	DOACOES PARA COMBATE A FOME		
3. Recursos vinculados à Previdência Social (RPPS)	56	CONTRIBUICAO PLANO SEGURIDADE SOCIAL SERVIDOR		
3. Recursos vinculados à Previdência Social (RPPS)	69	CONTRIB.PATRONAL P/PLANO DE SEGURID.SOC.SERV.		
4. Recursos vinculados à Previdência Social (RGPS)	36	RECURSOS VINCULADOS APLICADOS EM OUTRAS POLÍTICAS PÚBLICAS	=	559020
4. Recursos vinculados à Previdência Social (RGPS)	50	RECURSOS NAO-FINANCEIROS DIRETAM. ARRECADADOS	=	017250
4. Recursos vinculados à Previdência Social (RGPS)	54	RECURSOS DO REGIME GERAL DE PREVID.SOCIAL		
4. Recursos vinculados à Previdência Social (RGPS)	63	RECURSOS PRÓPRIOS DECORRENTES DA ALIENAÇÃO DE BENS E DIREITOS DO PATRIMÔNIO PÚBLICO	=	339040;409040

4. Recursos vinculados à Previdência Social (RGPS)	80	RECURSOS FINANCEIROS DIRETAMENTE ARRECADADOS	=	339040
4. Recursos vinculados à Previdência Social (RGPS)	86	OUTRAS RECEITAS VINCULADAS	=	559020
5. Recursos de Receitas Financeiras Vinculadas	07	OUTRAS COMPENSAÇÕES FINANCEIRAS		
5. Recursos de Receitas Financeiras Vinculadas	59	REC.OPER.OF.CRED.-RET.REF.DIV.MED. E L.PRAZOS		
5. Recursos de Receitas Financeiras Vinculadas	60	RECURSOS DAS OPERACOES OFICIAIS DE CREDITO		
5. Recursos de Receitas Financeiras Vinculadas	61	CERTIFICADOS DE PRIVATIZACAO		
5. Recursos de Receitas Financeiras Vinculadas	67	NOTAS DO TES.NAC. - SERIE "P"- MOEDA CORRENTE		
5. Recursos de Receitas Financeiras Vinculadas	71	REC.DAS OPER.OF.DE CREDITO-RET.DE OC.-BEA/BIB		
5. Recursos de Receitas Financeiras Vinculadas	73	REC.DAS OPER.OF.DE CREDITO-RET.DE OC.EST.MUN.		
5. Recursos de Receitas Financeiras Vinculadas	89	REC. OPER. OF. CRED - RETORNO REF. DIV. CLUB. PARIS		
6. Recursos da Dívida Pública	18	CONTRIBUICOES SOBRE CONCURSOS DE PROGNOSTICOS	=	751010
6. Recursos da Dívida Pública	43	REFINANCIAMENTO DA DIV.PUBL.MOBIL.FEDERAL		
6. Recursos da Dívida Pública	44	TITULOS DE RESPONSABILID.DO TESOURO NACIONAL		
6. Recursos da Dívida Pública	46	OPERACOES DE CREDITO INTERNAS - EM MOEDA		
6. Recursos da Dívida Pública	47	OPERACOES DE CREDITO INTERNAS - BENS/SERVIÇOS		
6. Recursos da Dívida Pública	48	OPERACOES DE CREDITO EXTERNAS-EM MOEDA		
6. Recursos da Dívida Pública	49	OPERACOES DE CREDITO EXTERNAS- BENS/SERVICOS		
6. Recursos da Dívida Pública	52	RESULTADO DO BACEN		
6. Recursos da Dívida Pública	64	TITULOS DA DIVIDA AGRARIA		
7. Recursos de Alienação de Bens e Direitos	62	RECURSOS PRIMÁRIOS PARA AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA PÚBLICA		
7. Recursos de Alienação de Bens e Direitos	63	RECURSOS PRÓPRIOS DECORRENTES DA ALIENAÇÃO DE BENS E DIREITOS DO PATRIMÔNIO PÚBLICO	EXCETO	339040; 409040
7. Recursos de Alienação de Bens e Direitos	65	ALIENÇÃO DE OBRIGAÇÕES DO FND		
7. Recursos de Alienação de Bens e Direitos	87	ALIENACAO DE TITULOS E VALORES MOBILIARIOS		
8. Recursos de Transf. Const. e Legais a Estados, DF, Municípios, inclusive Fundos	01	IMPOSTO S/RENDA E S/PRODUTOS INDUSTRIALIZADOS		
8. Recursos de Transf. Const. e Legais a Estados, DF, Municípios, inclusive Fundos	02	IMPOSTO TERRITORIAL RURAL		
8. Recursos de Transf. Const. e Legais a Estados, DF, Municípios, inclusive Fundos	11	CONTRIB.DERIV.PETROLEO,COMB.COM.-CIDE	=	017337
8. Recursos de Transf. Const. e Legais a Estados, DF, Municípios, inclusive Fundos	13	CONTRIBUICAO DO SALARIO-EDUCACAO	=	150071
8. Recursos de Transf. Const. e Legais a Estados, DF, Municípios, inclusive Fundos	18	CONTRIBUICOES SOBRE CONCURSOS DE PROGNOSTICOS	=	033905; 033910
8. Recursos de Transf. Const. e Legais a Estados, DF, Municípios, inclusive Fundos	19	IMPOSTO S/OPERACOES FINANCEIRAS-OURO		

8. Recursos de Transf. Const. e Legais a Estados, DF, Municípios, inclusive Fundos	29	RECURSOS DE CONCESSOES E PERMISSOES	=	442081; 442082; 731040
8. Recursos de Transf. Const. e Legais a Estados, DF, Municípios, inclusive Fundos	34	COMPENSACOES FINANC.P/UTILIZ.DE REC.HIDRICOS	=	001198; 032000; 032001
8. Recursos de Transf. Const. e Legais a Estados, DF, Municípios, inclusive Fundos	41	COMPENSACOES FINANC.P/EXPLOR.DE REC.MINERAIS	=	32000
8. Recursos de Transf. Const. e Legais a Estados, DF, Municípios, inclusive Fundos	42	COMPENS.FINANC.P/EXPL.DE PETR.OU GAS.NATURAL	=	032284;032290;999995;999996;999997;999999
8. Recursos de Transf. Const. e Legais a Estados, DF, Municípios, inclusive Fundos	86	OUTRAS RECEITAS VINCULADAS	=	471010
9. Recursos Vinculados a Fundos, Órgãos e Programas	08	FUNDO SOCIAL-PARC.DEST.EDUCACAO PUBL.E SAUDE		
9. Recursos Vinculados a Fundos, Órgãos e Programas	11	CONTRIB.DERIV.PETROLEO,COMB.COM.-CIDE	EXCETO	017337
9. Recursos Vinculados a Fundos, Órgãos e Programas	15	CONTRIBUICAO P/OS PROG.ESPECIAIS-PIN-PROTERRA		
9. Recursos Vinculados a Fundos, Órgãos e Programas	16	REC.OUTORGA DE DIR.DE USO DE REC.HIDRICOS-ANA		
9. Recursos Vinculados a Fundos, Órgãos e Programas	18	CONTRIBUICOES SOBRE CONCURSOS DE PROGNOSTICOS	EXCETO	033905;033907;033908;033909;033910;033911;751010;110244
9. Recursos Vinculados a Fundos, Órgãos e Programas	20	CONTR.S/ARREC.FUNDO INVESTIMENTOS REGIONAIS		
9. Recursos Vinculados a Fundos, Órgãos e Programas	27	CUSTAS E EMOLUMENTOS - PODER JUDICIARIO		
9. Recursos Vinculados a Fundos, Órgãos e Programas	29	RECURSOS DE CONCESSOES E PERMISSOES	EXCETO	017001;032281;392070;442081;442082;731040
9. Recursos Vinculados a Fundos, Órgãos e Programas	30	CONTRIBUICAO P/O DES.DA IND.CINEMAT.NACIONAL		
9. Recursos Vinculados a Fundos, Órgãos e Programas	31	SELOS DE CONTROLE,LOJAS FRANCAS-FUNDAF		
9. Recursos Vinculados a Fundos, Órgãos e Programas	32	RECURSOS DESTINADOS AO FUNDAF		
9. Recursos Vinculados a Fundos, Órgãos e Programas	33	RECURSOS DO PROG. DE ADM. PATRIM. IMOBILIARIO		
9. Recursos Vinculados a Fundos, Órgãos e Programas	34	COMPENSACOES FINANC.P/UTILIZ.DE REC.HIDRICOS	EXCETO	001198; 032000; 032001
9. Recursos Vinculados a Fundos, Órgãos e Programas	35	COTA-PARTE ADIC. FRETE		
9. Recursos Vinculados a Fundos, Órgãos e Programas	37	RENOV.MARINHA MERCANTE COTA-PARTE DOS PRECOS DE REAL. DOS COMB. AUTOM.		
9. Recursos Vinculados a Fundos, Órgãos e Programas	39	ALIENACAO DE BENS APREENDIDOS	EXCETO	191372; 209262
9. Recursos Vinculados a Fundos, Órgãos e Programas	40	CONTRIBUIÇÕES PARA OS PROGRAMAS PIS/PASEP		
9. Recursos Vinculados a Fundos, Órgãos e Programas	41	COMPENSACOES FINANC.P/EXPLOR.DE REC.MINERAIS	EXCETO	32000
9. Recursos Vinculados a Fundos, Órgãos e Programas	42	COMPENS.FINANC.P/EXPL.DE PETR.OU GAS.NATURAL	EXCETO	032284;032290;261010;369010;999995;999996;999997;999999
9. Recursos Vinculados a Fundos, Órgãos e Programas	50	RECURSOS NAO-FINANCEIROS DIRETAM. ARRECADADOS	EXCETO	017250
9. Recursos Vinculados a Fundos, Órgãos e Programas	57	RECEITAS DE HONORARIOS DE ADVOGADOS		
9. Recursos Vinculados a Fundos, Órgãos e Programas	58	FONTE EXCLUÍDA EM 2018 E SUBSTITUÍDA PELA 32		
9. Recursos Vinculados a Fundos, Órgãos e Programas	66	RECURSOS FINANCEIROS DE APLICAÇÃO VINCULADA		
9. Recursos Vinculados a Fundos, Órgãos e Programas	72	OUTRAS CONTRIBUICOES ECONOMICAS		

9. Recursos Vinculados a Fundos, Órgãos e Programas	74	TX/MUL.P/PODER DE POLICIA E MUL.PROV.PROC.JUD		
9. Recursos Vinculados a Fundos, Órgãos e Programas	75	TAXAS POR SERVICOS PUBLICOS		
9. Recursos Vinculados a Fundos, Órgãos e Programas	76	OUTRAS CONTRIBUICOES SOCIAIS		
9. Recursos Vinculados a Fundos, Órgãos e Programas	78	FUNDO DE FISCALIZACAO DAS TELECOMUNICACOES	EXCETO	980000
9. Recursos Vinculados a Fundos, Órgãos e Programas	79	FUNDO DE COMBATE A ERRADICACAO DA POBREZA		
9. Recursos Vinculados a Fundos, Órgãos e Programas	80	RECURSOS FINANCEIROS DIRETAMENTE ARRECADADOS	EXCETO	339040
9. Recursos Vinculados a Fundos, Órgãos e Programas	81	RECURSOS DE CONVENIOS		
9. Recursos Vinculados a Fundos, Órgãos e Programas	82	RESTIT. RECURSOS DE CONVENIOS E CONGENERES		
9. Recursos Vinculados a Fundos, Órgãos e Programas	83	PAGAMENTO PELO USO DE RECURSOS HIDRICOS		
9. Recursos Vinculados a Fundos, Órgãos e Programas	84	CONTRIBUICOES S/REMUN.DEV.AO TRABALHADOR-FGTS		
9. Recursos Vinculados a Fundos, Órgãos e Programas	85	DESV. PARCIAL DE REC. DA COTA - PARTE COMP. FINAN.		
9. Recursos Vinculados a Fundos, Órgãos e Programas	86	OUTRAS RECEITAS VINCULADAS	EXCETO	471010;711010;980000;261010;369010;369011;057202;559020
9. Recursos Vinculados a Fundos, Órgãos e Programas	92	SALDOS EXERCICIOS ANTERIORES - REC.DO TESOURO		
9. Recursos Vinculados a Fundos, Órgãos e Programas	95	DOACOES DE ENTIDADES INTERNACIONAIS		
9. Recursos Vinculados a Fundos, Órgãos e Programas	96	DOACOES DE PESSOAS FIS/INSTIT.PUBL.E PRIV.NAC		
10. Outros Recursos Vinculados	09	RECURSOS DO ORCAMENTO DE INVESTIMENTO		
10. Outros Recursos Vinculados	21	REC. ORIUNDOS DE LEIS OU ACORDOS ANTICORRUPÇÃO		
10. Outros Recursos Vinculados	36	RECURSOS VINCULADOS APLICADOS EM OUTRAS POLÍTICAS PÚBLICAS	EXCETO	369010; 261010; 559020
10. Outros Recursos Vinculados	70	REC. PRÓPRIOS PRIMÁRIOS COM APLICAÇÃO ESPECÍFICA		
10. Outros Recursos Vinculados	90	RECURSOS DIVERSOS		
10. Outros Recursos Vinculados		Demais códigos contidos no Tesouro Gerencial que não se encaixam nas demais fontes.		
11. Recursos a Classificar	77	RECURSOS A CLASSIFICAR		

## 6) DEMONSTRATIVO DOS LIMITES – ANEXO 6 – LRF, ART. 48

As informações são obtidas dos Anexos 1 a 5.